



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2016

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 9h30m

PRESENCAS: António Pedro Casais de Almeida e Costa (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), José Baltazar Cardoso Correia (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Álvaro José Almeida Jesus em substituição de António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte em substituição de Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), Eduardo António Pereira da Silva em substituição de António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, em representação da Câmara Municipal, e os Srs. Vereadores Francisco José de Matos, Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Rogério Fernandes Duarte.

LOCAL: Edifício da SulSocial em Sul.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

FALTAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Costa (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD) e Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD) por motivos profissionais.

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Período antes da Ordem do Dia.

2 - Período de Intervenção do Público.

3 - Assuntos da Ordem do Dia:

3.1 - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;

3.2 – Análise do “Relatório de Acompanhamento do PAEL respeitante ao 4.º trimestre de 2015”;

3.3 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município – ano de 2016”;

3.4 – Apreciação e Votação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

Correspondência recebida:

Publicações:

- Jornal “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de novembro e dezembro de 2015 e janeiro de 2016;
- “Ecos da Gravia” referente aos meses de novembro e dezembro de 2015 e janeiro de 2016;

Mails:

- Da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres, datado de 24.11.2015, referente a substituição na sessão da Assembleia Municipal;
- Do Deputado Municipal Pedro Figueiredo, datado de 25.11.2015, referente a pedido de substituição na sessão da Assembleia Municipal;
- Do Deputado Municipal Mário Almeida, datado de 26.11.2015, referente a pedido de substituição na sessão da Assembleia Municipal;
- Da Junta de Freguesia de Pinho, datado de 23.12.2015, referente a substituição na sessão da Assembleia Municipal;
- Do Deputado Municipal Manuel Botas, datado de 28.11.2015, referente a pedido de substituição na sessão da Assembleia Municipal;
- Do Deputado Municipal Pedro Figueiredo, datado de 28.11.2015, referente a pedido de substituição na sessão da Assembleia Municipal;
- Da União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões, datado de 29.12.2015, referente a substituição na sessão da Assembleia Municipal;
- Da Jranft, datado de 08.01.2016, referente a “Planeamento para a entrada de refugiados: inquérito a nível europeu”;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Do Grupo Parlamentar Os Verdes, datado de 22.01.2016, referente a “Descargas de efluentes no rio Paivó, em Arouca”;
- Do Deputado Municipal André Matias de Almeida, datado de 12.02.2016, referente a pedido de constituição de grupo de trabalho;
- Da Câmara Municipal de Évora, datado de 17.02.2016, referente a “Encontro Finanças Locais”;
- Da Deputada Municipal Maria Ester Vargas, datado de 22.02.2016, referente a pedido de substituição na sessão da Assembleia Municipal.

Ofícios:

- Da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Trapa, datado de 03.12.2015, referente a “Transporte de doentes”;
- Da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, datado de 07.12.2015, referente a “Plano de Atividades e Orçamento do exercício económico de 2016”;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 22.12.2015, referente a “Sessão extraordinária do mês de dezembro de 2015”;
- Da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de S. Pedro do Sul, datado de 27.01.2016, referente a “Relatório Anual de Atividades da CPCJ em 2015 e Plano de Ação para 2016”;
- Do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões, datado de 02.02.2016, referente a “Certificado de registo criminal dos membros da CPCJ”;

APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015 E DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015:-----

O deputado municipal António Lopes Ribeiro (PSD), sobre a ata da sessão extraordinária do dia 30 de dezembro de 2015, alertou para que se corrigissem algumas questões de pormenor, a respeito da sua intervenção: “Quando eu me referia aos serviços, são os serviços técnicos do Ministério da Agricultura, isto na folha 191, linha 23.”. Depois, pede para que, nos momentos em que o presidente da Câmara Municipal se refere à Cassepedro como Associação, se retifique, porque a Cassepedro não é uma associação, mas sim uma cooperativa, e isto na página 193, linha 20 a contar de cima para baixo e linha 6 a contar de baixo para cima. E, na página 194, na primeira linha, quando se diz que “o Estado acaba com os serviços”, deve dizer-se “serviços técnicos da agricultura”. O deputado municipal José Manuel Oliveira Lopes Moita, presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), sobre a ata da sessão extraordinária do dia 30 de dezembro de 2015 interveio para deixar uma chamada de atenção, porque, na lista de presenças, consta o seu nome, enquanto que, na verdade, quem compareceu, em sua representação, foi o secretário da Junta de Freguesia de Pinho, senhor Luís da Rocha, pedindo para se corrigir o lapso. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as atas das sessões referidas em epígrafe, com as alterações referidas, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto das mesmas haver sido distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do Período Antes da Ordem do Dia, para discussão de assuntos de interesse local, começando por dar a palavra ao deputado municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) que a todos dirigiu um cumprimento especial e a todos manifestou as boas vindas à freguesia de Sul, aproveitando para tecer duas breves considerações: em primeiro lugar, para lembrar o presidente da Câmara Municipal sobre o acordo relativo à transição da gestão do serviço de águas para consumo humano, assinado entre as duas instituições e que assentou num princípio de boa fé negocial, frisando a existência de uma grande expectativa, quer por parte da Junta de Freguesia quer por parte das populações, quanto às obras previstas, referindo que duas das obras já se iniciaram: a estrada municipal nº 559 e o alargamento da rua do Bacelo, em Aldeia. Em segundo lugar, manifesta um enorme agrado ao constatar que as obras de requalificação da Escola do 1º Ciclo de Oliveira estão contempladas no orçamento municipal e no plano de ação para 2016 da rede social do CLAS, considerando que se trata de uma obra de extrema importância e que vai trazer mais qualidade e conforto às crianças que frequentam aquelas instalações. E deixa a pergunta: “já têm uma data prevista para o início das obras?”. Surgiram três moções na mesa, que o presidente da Assembleia Municipal pediu que fossem apresentadas pelos proponentes: 1ª Moção – O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) refere que, na sexta-feira, a corporação dos bombeiros de Santa Cruz da Trapa foi notificada para pagar coimas no valor de 4.500 euros, por causa das suas ambulâncias em circulação, alertando para que, apesar das situações irregulares e dos agentes de autoridade cumprirem a lei, muitas outras corporações de bombeiros estarem a ser alvo de várias coimas, que considera extemporâneas e sem sentido nenhum, notando no procedimento dos agentes de autoridade algum excesso de zelo e falta de bom senso na aplicação das coimas. E exemplifica com a seguinte situação: “Todos saberão que os transportes públicos, ambulâncias e outros, têm que ter um dístico com a proibição de fumar – mostra o dístico para todos verem – e, no caso da ambulância de Santa Cruz da Trapa, tinha um dístico exatamente como este – aquele que mostrou –, simplesmente faltavam estas letrinhas – mostra no dístico que tem –, que dizem o número do Decreto-lei e o valor da coima: isto vale 2.500 euros, e não é por faltar o dístico, é por faltarem estas letrinhas.”. Concorda que a lei obriga a que o dístico tenha essa informação: “agora, valha-me Deus, qualquer agente de autoridade, ao olhar para isto, a primeira coisa que faria era dizer: façam o favor de mudar o dístico e apareçam cá amanhã.”. Portanto, alerta novamente para o bom senso e enfatiza tratar-se de uma atitude persecutória, porque se tem verificado em muitas corporações de bombeiros do nosso distrito, informando que o facto já foi reportado à federação de bombeiros e que importa denunciar o que considera ser excesso de zelo, passando a ler a moção que a seguir se transcreve: “As associações de bombeiros vivem exclusivamente do voluntariado. E são voluntários, quer o seu corpo de bombeiros, quer os seus dirigentes, prestando extraordinários serviços na defesa da vida e dos bens dos portugueses. Vivem financeiramente de alguns apoios do Estado, apoios cada vez mais reduzidos, face às despesas, cada vez maiores, decorrentes do serviço que prestam. E, também, a grande maioria delas recorrem a peditórios a que as populações, generosamente, dão respostas positivas. Assim, estranhamos que, desde o início deste ano, as associações de bombeiros, que prestam serviço de ambulância no transporte de doentes, tenham sido alvo de algumas ações de inspeção por parte dos agentes de autoridade. Ações que, acreditamos, não serem persecutórias, no entanto revelam



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma preocupação excessiva na aplicação de coimas. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Trapa foi alvo, recentemente, de notificações de coimas no valor de 4.500 euros. Nenhuma das irregularidades detetadas pelas autoridades nas ambulâncias tem a ver com condições de higiene ou condições de segurança das viaturas. Todas têm a ver com irregularidades administrativas. Reconhecemos que não se trata de nenhuma perseguição especial aos bombeiros de Santa Cruz da Trapa, porque outras corporações de bombeiros, quer do nosso concelho, quer do distrito, têm sido alvo das mesmas ações, também com a aplicação de coimas de valores elevados. Estamos nós conscientes da importância de ações de inspeção aos veículos dos bombeiros e, por maioria de razão, as ambulâncias que, pela sua natureza, transportam pessoas em condição de fragilidade. Já não entendemos, por parte do agente de autoridade que está a proceder à inspeção, este manifesto excesso de zelo na aplicação de coimas. O transporte de doentes, nas associações de bombeiros, é uma fonte especial de receitas na aquisição de viaturas para combate aos incêndios florestais. Estas situações abalam financeiramente as associações e podem comprometer o próprio combate aos incêndios florestais no verão. Como referido atrás, uma das formas de financiamento das associações de bombeiros é feita através do recurso a peditórios às populações, portanto não podemos estar a pedir às pessoas que participem com donativos e a seguir entregarmos ao Estado esses donativos, através das coimas que ele aplica. Assim, a Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, reunida em sessão ordinária no dia 29 de fevereiro de 2016, manifesta a sua surpresa e indignação pela atuação das autoridades na fiscalização das ambulâncias que prestam serviço no transporte de doentes no nosso concelho. Entendemos que, em matéria de segurança e condições de higiene nas viaturas, não deve haver contemplações. As autoridades devem ser exigentes, até porque se tratam de veículos que transportam pessoas em condições debilitadas e muitas vezes urgentes. Já não entendemos que, em matéria que nada tem a ver com segurança e higiene, apenas com questões absolutamente administrativas, não haja, ao contrário das coimas, uma advertência para que a situação seja regularizada dentro de um prazo temporal razoável. É preciso entender, também, que a regularização de algumas destas situações detetadas, para além do custo financeiro a elas associado, está em causa a paralisação da ambulância, muitas vezes por vários dias, o que implica também uma fragilização na resposta a dar em casos de urgência. Por fim, o que se pede é que o bom senso impere sempre nas ações de inspeção por parte dos agentes de autoridade. E que essas ações tenham muito mais uma intenção preventiva e muito menos punitiva. Os membros desta Assembleia solicitam ao senhor presidente da Assembleia Municipal que faça chegar esta moção e expressão da sua votação às seguintes entidades: direções das associações dos bombeiros do concelho de S. Pedro do Sul, Federação de Bombeiros do Distrito de Viseu, presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, presidente do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), Comando Distrital de Operações de Socorro de Viseu, Comando Territorial de Viseu – Destacamento de Trânsito da GNR, Direção da Autoridade e Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e Ministério da Administração Interna.”. E termina apelando aos senhores deputados para votarem favoravelmente à proposta, de forma a terem alguma força junto das autoridades e para ajudar os bombeiros do concelho. Não suscitando outros esclarecimentos, o Presidente da Assembleia Municipal colocou a moção apresentada pelo deputado municipal Mário Almeida à votação, resultando na sua aprovação por unanimidade, com o senhor presidente da mesa a comprometer-se a fazer chegar o documento às



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entidades indicadas. 2ª Moção – O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), em uso da palavra apresentou a sua proposta, que vem no sentido de outras intervenções por si realizadas e que se prendem com a constituição de um grupo de trabalho que vise analisar as relações entre a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul e o Centro de Promoção Social de Carvalhais: “Considerando que, recentemente, têm vindo a público notícias menos abonatórias relativamente ao Centro de Promoção Social de Carvalhais; considerando que estas notícias não envolvem diretamente a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul e não são, por consequência, atos sobre os quais a Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul tem competência; considerando que é sabido que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul manteve ou mantém, com esta instituição, relações comerciais ou de parceria; considerando que, por outro lado, é sabido que aquela instituição teve ou tem, nos seus corpos gerentes, um ex vereador, que ocupava funções em simultâneo na Câmara Municipal de S. Pedro do Sul e que, dadas as relações comerciais, entendemos ser de essencial importância a criação de um grupo de trabalho que vise a produção de um relatório indicativo e elucidativo das relações tidas e que, eventualmente, ainda mantém com aquele Centro de Promoção Social. Isto dito, propõe-se a criação de um grupo de trabalho para analisar todas as relações mantidas e tidas até à data ou ainda em vigor relativamente às relações comerciais entre a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul e o Centro de Promoção Social de Carvalhais. Este grupo seria constituído por três pessoas: por mim próprio, por um membro a indicar pela mesa da Assembleia Municipal e por um membro a indicar pelo grupo parlamentar do PSD.”. Esclarece, por fim, e manifesta uma declaração de interesses, dizendo que é habitante da freguesia de Carvalhais e que nada tem contra o Centro de Promoção Social de Carvalhais ou contra os fins prosseguidos por essa instituição, antes pelo contrário, aplaude o que até à data tem sido feito, reforçando que não existe nesta proposta qualquer intenção persecutória a qualquer dirigente ou ao próprio Centro de Promoção Social. E, clarificando, refere que a Assembleia Municipal não tem qualquer competência sobre o Centro de Promoção Social de Carvalhais, mas que tem competência fiscalizadora sobre as atividades que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul exerceu ou exerce e de acompanhamento dos seus trabalhos nesta área e em outras. Termina dizendo que é neste seguimento e neste entendimento que surge a sua proposta. O Presidente da Assembleia Municipal, perguntando se havia quem quisesse pedir esclarecimentos, encontrou nos deputados municipais as seguintes intervenções: O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) face ao teor da proposta apresentada, começou por mencionar não se encontrar ali mandatado pelo Centro de Promoção Social de Carvalhais para fazer qualquer defesa, contudo informou ser funcionário da dita instituição desde 2005 e passou a explicar as funções profissionais que desempenha no Centro de Promoção Social de Carvalhais: “Eu sou responsável pelo departamento da qualidade do Centro de Promoção Social, ou seja, o Centro de Promoção Social é uma entidade certificada pela ISO 9001, ou seja, pelo sistema de gestão da qualidade, desde 2009, sendo que o processo começou a ser implementado desde 2007.”. Continua e comenta que, na avaliação dos sistemas da gestão de qualidade e certificação, existem vários indicadores e objetivos que precisam ser estabelecidos e validados, sendo que, depois, a entidade certificadora procede anualmente a essa avaliação e renova ou não essa certificação, informando que desde 2007 essa certificação já foi validada por três vezes: “a última no ano passado, e este ano já teve uma auditoria para o



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acompanhamento ao sistema de gestão de qualidade do Centro de Promoção Social.”. Prosseguiu e elucidou que, desses indicadores e objetivos, aqueles que mais diretamente estão ligados à parte da gestão social e financeira, prendem-se com o número de utentes e que, atualmente, por força da lei, esses utentes têm que coincidir o seu número com o número acordado com a Segurança Social para as várias valências, sendo que esses indicadores, objetivos e os requisitos de lei estão a ser cumpridos pela instituição. Insiste e informa que outro dos requisitos legais é a aferição do grau de satisfação dos utentes perante a gestão do Centro de Promoção Social nas suas várias valências. E refere as várias valências que estão certificadas: “o ensino profissional, ou seja a escola profissional; a formação profissional, ou seja a Formativ; e as áreas de apoio social, ou seja, o centro de dia, o serviço de apoio domiciliário e a cresce. Todas as valências cumprem o grau de satisfação dos utentes por uma fasquia bastante considerável.”. E clarifica que os objetivos andam na ordem dos 80% no plano de monitorização e que o grau de satisfação atinge os 90 a 95%, sem qualquer falsidade ou malabarismo nos resultados. Em seguida, passando para as notícias saídas a público, sobretudo na rádio TSF, considerou terem sido umas cartas anónimas e sem comprovação que, lamentavelmente, surgiram espalhadas pelo concelho e enviadas a certas pessoas chave, que desvirtuaram a notícia e baralharam os cidadãos, levando a especulações assentes em bases mal fundamentadas. Dirige-se diretamente ao deputado municipal André Matias e diz: “Ainda por cima, e é lamentável da parte do Dr. André Matias, sendo advogado, estar aqui a dar azo a uma carta anónima, sabendo qual é o valor e a validade das cartas anónimas.”. E continua: “O problema do Dr. André Matias, por aquilo que, eventualmente, já trouxe a lume em várias Assembleias Municipais, é provavelmente um problema político, possivelmente direcionado a alguém.”. Deixou assim um apelo ao deputado municipal André Matias: “É sabido que o professor Adriano fez parte dos órgãos sociais do Centro de Promoção Social, que são órgãos definidos e designados pelo senhor bispo, ou seja, o Centro de Promoção Social é uma instituição privada ligada ao direito canónico, significa que é tutelado pela Igreja e pela diocese, e é o senhor bispo quem aceita ou não aceita, válida ou não válida quem são os órgãos sociais. O professor Adriano fez parte dos órgãos sociais, fez muito bom trabalho no Centro de Promoção Social, em Carvalhais e também no concelho, mas, se o problema do Dr. André Matias é o professor Adriano, resolva os seus problemas com o professor Adriano e deixe o Centro de Promoção Social em paz.”. E mais: “Deixe as coisas correrem os seus trâmites, deixe verificar as nuances dessas cartas anónimas que vieram a lume e deixe que as entidades que fazem as auditorias no Centro de Promoção Social ou em quaisquer outras instituições de solidariedade social no concelho levem a cabo o seu trabalho, nomeadamente a Segurança Social e a APCER.”. E termina manifestando-se favorável à criação de um grupo de trabalho, porque o Centro de Promoção Social terá certamente as portas abertas para colaborar e facultar a informação no âmbito do solicitado pelo grupo de trabalho: as relações com a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul. E acrescenta: “Mas, se vamos criar um grupo de trabalho, que não seja apenas para Carvalhais, que seja para todas as entidades equiparadas ao Centro de Promoção Social de Carvalhais no concelho e suas relações com a Câmara Municipal.”.O

Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD), sobre o mesmo assunto, interveio somente para lançar uma observação, mais de forma do que de substância: “Se é intenção formar um grupo de trabalho, como o deputado André Matias propõe, nesse caso ela não devia



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser apresentada como uma moção, mas certamente como um ponto na ordem de trabalhos.”. E concluiu alertando que, no caso de quererem dar andamento ao grupo de trabalho, que ainda há tempo de retirar a moção e incluir o assunto na ordem de trabalhos, seguindo todos os trâmites do regimento da Assembleia Municipal, reforçando que esse grupo de trabalho podia ser alargado a todas as instituições do concelho. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) pediu a palavra e começou por alegar que o teor da proposta apresentada pelo deputado André Matias, no seu ponto de vista, está desprovida denexo e afigura-se muito confuso. E reiterou: “Eu gostaria que o deputado André Matias apresentasse isto num contexto de todas as IPSS do concelho.”. Lembrou que a Assembleia Municipal não tem o direito de interferir na gestão das IPSS do concelho de S. Pedro do Sul, havendo outras entidades que, essas sim, tem o direito e o dever da fiscalidade. Realçou que, nessas instituições, existem órgãos próprios, nomeadamente os decorrentes das sessões ordinárias e extraordinárias das Assembleias Gerais, que gerem e que aprovam as contas e todas as propostas apresentadas ou que se devem manifestar se algo estiver a correr mal. E considera que é de muito mau tom a Assembleia Municipal interferir na gestão interna das IPSS, sobretudo da forma como a proposta é apresentada. Conclui informando que o grupo parlamentar do PSD, de acordo com aquilo que foi exposto, não votará favoravelmente a proposta, acrescentando que se recusa a fazer parte do grupo de trabalho, porque entende não dever interferir na gestão interna das instituições, o que, a acontecer, é negativo para o movimento associativo e cooperativo do concelho. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), proponente da moção, usou novamente da palavra e esclareceu: “Em primeiro lugar, respondendo ao deputado Mário Almeida, sobre a formalidade, não será ponto da ordem de trabalhos, porque compete à Assembleia Municipal, e pode consultar no regimento, alínea J: Apresentar Propostas, entre as propostas que podem ser apresentadas e as competências da Assembleia Municipal há um ponto que se cruza: a criação de um grupo de trabalho, além da criação de grupos de acompanhamento e de estudo, portanto a proposta mantém-se inalterada como foi apresentada, mas com a devida correção.”. Em seguida, respondendo ao presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, o deputado André Matias manifestou ter grande consideração pelo trabalho prestado pelo senhor presidente da Junta na freguesia, todavia evoca completa discordância em relação ao assunto em apreço: “Em primeiro lugar, considero lamentável a sua intervenção, porque fico sem perceber em que qualidade aqui se apresenta: se na qualidade de presidente de Junta de Freguesia, se de funcionário do Centro de Promoção Social, numa defesa do Centro de Promoção Social que não se percebe, porque não é o Centro de Promoção Social de Carvalhais que venho aqui atacar ou denegrir, antes pelo contrário, já referi aqui que tenho o maior respeito pelo trabalho que o Centro de Promoção Social tem exercido.”. E continua alegando que a estratégia do Centro de Promoção Social tem passado por dois aspetos: primeiro, tentar hostilizar quem queira saber alguma coisa sobre a instituição; segundo, é tentar colocar os holofotes numa coisa que não é verdade, quando insinuam tratar-se de um assunto pessoal entre o senhor deputado André Matias e o senhor professor Adriano Azevedo. E sobre este segundo aspeto, reitera que não é verdade, contudo deixa o seguinte considerando: “Nesta proposta aqui apresentada, um dos pontos que justifica a proposta é, precisamente, ao longo de alguns anos, o Centro de Promoção Social ter contado, em simultâneo, com o senhor professor Adriano Azevedo na Câmara Municipal e nos órgãos sociais do Centro de Promoção Social de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carvalhais.” E, de acordo com as cartas anónimas postas a circular, considera serem uma forma rasteira e condenável de abordar a situação, incentivando o senhor presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, na sua qualidade de diretor do departamento de qualidade, promova a apresentação de uma queixa crime junto da Polícia Judiciária. E, apelando à sua frontalidade, volta a referir o objetivo da sua proposta: “a proposta visa, exclusivamente, do ponto de vista da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, saber o que existiu e o que se mantém com o Centro de Promoção Social de Carvalhais. E conclui: “Isto aqui não tem que ver com a fiscalização do Centro de Promoção Social, tem que ver com a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul.”. E mais acrescenta: “Não consigo perceber a resistência do grupo parlamentar do PSD a uma proposta que visa exclusivamente a transparência, a clarificação e a indicação daquilo que existe e que existiu, para que todos os munícipes aqui presentes, e para os que aqui não estão, depois das notícias que vieram a público, saberem exatamente o que aconteceu.”. Reitera a ideia de que, as cartas anónimas, que foram lançadas a público e daí veiculada informação na comunicação social, vieram lançar a suspeição em torno do Centro de Promoção Social de Carvalhais, e portanto conclui dizendo que futuramente serão as autoridades que vão apurar o fundamento dessa suspeição, mas que a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador da atividade da Câmara Municipal, não pode ficar com o ónus de nada ter feito, só porque o grupo parlamentar do PSD se recusa a apresentar um membro para constituir o grupo de trabalho proposto. E finaliza a sua intervenção com a certeza de que: “os munícipes de S. Pedro do Sul e os munícipes aqui presentes saberão julgar a postura do grupo parlamentar do PSD perante uma proposta que visa exclusivamente a transparência, a apresentação do que existe e a clarificação do que já existiu, sem qualquer intuito persecutório, sem pretender abalar a dignidade de ninguém e que muito menos é uma guerra pessoal entre mim e o professor Adriano Azevedo.”. A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), tomando a palavra, passou a clarificar o ponto de situação e postura adotada pelo grupo parlamentar do PSD: “Nós concordamos que se faça toda essa avaliação e fiscalização, até porque eu sou da opinião que devem haver grupos de trabalho que resolvam e fiscalizem, mas, agora, vamos analisar todas as relações com todas as IPSS, e aí sim é um grupo de trabalho coerente, em que se faz uma análise de todas as IPSS, porque não é correto estarmos a fazer uma análise de uma única IPSS.”. E deixa a pergunta e o seguinte comentário: “Que fiscalidade é essa? A análise deve ser conjunta para todas as IPSS.”. O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e do Candal (PSD) pedindo novamente o uso da palavra, voltou a insistir que não quis levar a cabo qualquer defesa do Centro de Promoção Social de Carvalhais, mas que apenas teceu algumas considerações em torno do funcionamento da instituição, uma vez que a conhece profundamente, dado lá exercer as suas funções profissionais. Depois, em relação ao sentido de voto da sua bancada (PSD), afirmou que: “Se, eventualmente, for constituído esse grupo de trabalho para analisar ou fiscalizar todas as relações com todas as IPSS do concelho, eu vou ser o primeiro a votar a favor. E espero que a minha bancada também assim o considere.”. E deixa um apelo: “Se for constituído esse grupo de trabalho, que prestem esse serviço de forma gratuita, que não estejam a tirar dinheiro ao erário público para fazer esse tipo de grupo de trabalho.”. O Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) proferiu que, enquanto presidente do Centro Social de Vila Maior, não se opõe a que o grupo de trabalho, se for constituído, estenda a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sua investigação à IPSS que preside. O Presidente da Câmara Municipal em uso da palavra, começou por a todos cumprimentar e se congratular pela boa receção em Sul, passando depois a responder ao proferido pela deputada municipal Mónica Almeida, esclarecendo que, enquanto presidente que foi do Centro Social de Vila Maior, se considera inteiramente à vontade para que esse grupo de trabalho se constitua e para que possa fiscalizar tudo o que preciso for ao nível dessa instituição: “as nossas portas nunca estiveram fechadas para ninguém, muito menos agora.”. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), esclarecendo novamente, veio reiterar que a proposta apenas incide no Centro de Promoção Social de Carvalhais porque foi essa instituição a visada pelas cartas anónimas e pela comunicação social, acrescentando o carácter fechado na forma de trabalho dessa IPSS, assim como a resistência à aceitação de novos associados, realçando a sua experiência pessoal: “já aqui referi várias vezes que me foi vedada a entrada como associado, por não ser cooperante, ou contribuinte, ou por não ter dado uma entrada... enfim, não sei porquê.”. Depois mencionou palavras atribuídas ao presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal na última sessão da Assembleia Municipal: “Recordo a sua intervenção arrogante, senhor presidente da Junta, devo dizê-lo com o maior respeito, não última sessão da Assembleia Municipal, em que me diz: se o senhor André Matias quiser participar, nós temos lá muitos idosos para ajudar.”. Volta a dizer que a presente proposta surge a propósito do Centro de Promoção Social de Carvalhais como poderia surgir a propósito de outra instituição qualquer, acrescentando: “Mas, se o senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal me permitir, farei a alteração, de acordo com esta Assembleia Municipal que está a ser gravada, de modo a estender a proposta a todas as IPSS do concelho.”. E deixa um voto: “Creio que este grau de conforto que o grupo parlamentar do PSD sente neste momento, pela proposta ter sido estendida a todas as IPSS, motivará com certeza uma votação unânime de aprovação.”. O Presidente da Assembleia Municipal apenas intervém para clarificar a posição: “O senhor deputado retira a proposta?”. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) responde categoricamente: “Não retiro. A proposta, em vez de dizer Centro de Promoção Social de Carvalhais, passa a visar a constituição de um grupo de trabalho que abarque todas as relações da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul com todas as IPSS do concelho.”. O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), a propósito do proferido pelo deputado municipal André Matias, ainda veio retificar: “---Senhor deputado, eu não sou arrogante, quem me conhece sabe bem que eu não sou arrogante. Posso ser brincalhão, agora arrogante não.”. E explicou que existe um grupo de voluntariado para ajudar, que a ajuda não é somente aos idosos, acrescentando que, como já explicou: “O Centro de Promoção Social de Carvalhais não tem sócios, porque é uma entidade que depende exclusivamente da diocese.”. E anunciou não se candidatar a fazer parte desse grupo de trabalho. Findas as intervenções e os pedidos de esclarecimentos, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta de se criar um grupo de trabalho com vista a analisar e fiscalizar a relação da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul com todas as IPSS do concelho, constituído por um membro da mesa da Assembleia Municipal, um membro do Partido Socialista e um membro do Partido Social Democrata, registando-se o seguinte resultado: aprovado por maioria, com duas abstenções. No seguimento da aprovação da proposta, o Presidente da Assembleia Municipal indicou como representante da mesa da Assembleia Municipal o professor João Carlos Matias, enquanto



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coordenador do grupo de trabalho, com o Partido Socialista a indicar o deputado municipal André Matias, proponente, e o Partido Social Democrata a deixar em aberto o nome do seu representante. 3ª Moção – O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS), apresentou a moção que a seguir se transcreve: “Todo o país, em 11 de fevereiro corrente, foi confrontado, pela comunicação social, com um autêntico escândalo do foro social. Basicamente, o Centro Social da Paróquia de S. Martinho das Moitas, IPSS, fora coimado em 6.345 euros, por prestar apoio a mais 6 utentes dos que os 30 que tinha protocolado com o Instituto de Segurança Social, através do Centro Distrital de Viseu, e sem aumento de custos para o Estado. Fazamos, resumidamente, a história desta história. A 28.08.2015, seguiu notificação para o Centro Social referido, oriundo da Segurança Social de Viseu, e assinada pelo seu diretor, Dr. Telmo Antunes, para pagamento da coima de 6.345 euros, até dia 21 de Outubro, tendo aquela IPSS 20 dias para impugnação judicial, querendo. A fundamentação, para aplicação da coima, assentava em dois ilícitos detetados pela equipa inspetiva. Primeiro, em conformidade processual, na minuta em uso pela instituição: “omissa quanto aos direitos das partes outorgantes, quando deveria ser celebrado por escrito contrato de prestação de serviços com o utente e os seus familiares.”. Esta, em conformidade, implicou uma coima direta de 3.000 euros. Segundo ilícito: “infração assente na comprovação do excesso de capacidade relativamente à autorização no acordo de cooperação, não tem qualquer sentido ou eficácia jurídica a afirmação (como meio de justificar a ampliação do número de utentes) do facto do edifício, as instalações ou a logística da entidade poderem acolher uma resposta mais alargada.”. Isto numa alusão ao facto de terem sido contratualizados com o Estado préstimos a 30 utentes e o Centro Social estar a fazê-lo a 36, ou seja, o facto de estarem a trabalhar com mais 6 implicou uma coima de 3.300 euros. A 15 de Setembro, o Centro Social formalizou a contestação jurídica face à coima aplicada, onde, com argumentação vária e fundamentada, refutou as acusações. Realçamos uma afirmação da contestação: a deste caso constituir para o Centro Social “um vexame social” (porque é disso mesmo que se trata), constituir uma lesão clara e muito grave para o interesse público naquela comunidade serrana, onde quase tudo falta, de tão longe que fica de quase de tudo, e onde agora alguém, no conforto das poltronas dos gabinetes de Viseu e sem qualquer pingão de sensibilidade e compaixão, põe em causa a réstia de esperança num final de vida melhor e mais digno. Mas, eis senão quando, no mesmo dia 15, foi celebrado novo acordo cooperação entre o Centro Social e o Instituto de Segurança Social, no qual se fixa “que a capacidade das instalações estabelecidas no acordo é a de SAD (serviço de apoio domiciliário), confeção de refeições – 58; SAD para tratamento de roupa – 43 utentes. Número de utentes abrangidos pelo acordo, ou seja, com comparticipação de fluxos financeiros públicos, 30 utentes.”. Pasmese. Até 15 de Setembro passado, o Centro não reunia condições para apoiar mais 6 pessoas, duas delas invisuais, do que as 30 contratualizadas, mesmo sem mais encargos para o Estado, mas, daquela data em diante, já pode apoiar, fornecendo refeições, não a mais 6, mas a mais 28. E cuidando da roupa, não a mais 6, mas a mais 13. Mas, mais grave, Viseu já havia comunicado ao Centro Social de S. Martinho das Moitas, através do ofício NP16-12, de 27 de fevereiro, que aquela redefinição do serviço de apoio domiciliário, solicitado a 30 de Janeiro de 2015, havia colhido parecer favorável. Portanto, a 27 de fevereiro já os serviços de Viseu deram parecer favorável ao alargamento do serviço domiciliário, quer dizer, houve um mês para rever o processo, mas sete meses para o Estado promover a assinatura do mesmo. É obra. E este, entretanto, nos meandros



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

labirínticos do edifício grande de Viseu, tecia-se o valor da coima aplicada. Assim sendo, é de todo absurdo, inexplicável e injustificado o teor do segundo fundamento, que ditou a coima parcelar de 3.300 euros. Sendo certo que o ato inspetivo aconteceu em 9.12.2014, e tendo recorrido, entretanto, às etapas atrás sucintamente descritas, é de concluir que, se alguém falhou, foram os serviços distritais da Segurança Social, porque, se houve excesso de zelo da Segurança Social na aplicação da coima, e quiçá na inspeção, não houve o mesmo zelo nas respostas a dar à resolução das supostas falhas detetadas e que o Centro Social se apressou a colmatar em um mês. Tratando-se de matéria tão sensível, numa realidade onde a pobreza é gritante e as incapacidades físicas comuns aos utentes, dado o avanço na idade, e sem descorar a legislação que naturalmente informa este tipo de ação social, e por se tratar de caso não recorrente, o que a Segurança Social deveria ter tido era, não uma atitude punitiva, mas uma atitude pedagógica, corretiva e construtiva. O recurso do Centro Social levou a que a coima fosse reduzida, em instância judicial, para 2.500 euros, mais custas e imposto de selo, o que o Centro liquidou dia 26 último. Apesar disso e pelo que fica dito, entendemos que não deveria ter havido lugar a qualquer coima. A prática do bem e da solidariedade são valores maiores, que têm que estar acima de formalismos abstrusos e interesses economicistas, até porque, o Centro Distrital de Viseu, acabou por reconhecer “que a arguida regularizou juridicamente a sua situação”. Além de que não temos qualquer dúvida que os dirigentes e colaboradores do Centro Social sempre agiram de boa fé e em favor do bem coletivo daquela comunidade, que fica nos confins do concelho e que, muitas vezes, a mão do Centro Social é a única mão a prestar a ajuda necessária. Ora, porque não houve qualquer oneração para o erário público, porque a qualidade da prestação do serviço nunca foi posta em causa pelos utentes, não havendo registo algum de reclamação dos beneficiários desta prestação e porque os motivos das coimas foram solucionados em nome de uma verdadeira promoção social, propomos que o Centro Social da Paróquia de S. Martinho das Moitas e a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul envidem todos os esforços junto de sua excelência o senhor ministro do trabalho e solidariedade e segurança social no sentido da reparação do dano material a que a IPSS foi sujeita e que tanta falta faz ao seu normal funcionamento.”. E terminou dizendo que a moção apresentada é para enviar ao senhor ministro da tutela, à direção geral do Centro Distrital de Viseu, à Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, à União das Freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio e ao Centro Social da Paróquia de S. Martinho das Moitas. O Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) pediu o uso da palavra e começou por concordar com o teor proferido pelo proponente da moção, passando a esclarecer uma outra situação levantada em relação ao sucedido com o Centro Social da Paróquia de S. Martinho das Moitas: “constou-se que tudo teve origem numa denúncia e que essa denúncia teria partido da SulSocial – IPSS. Reuni com o senhor padre Ricardo e falei com o meu colega José Vasco para esclarecer que, se houve denúncia, ela nunca partiu deste Centro Social e nem nunca nos passou pela cabeça agir dessa forma.”. O Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) manifestou a sua estupefação face ao ocorrido, porque considerou que o Centro Social da Paróquia de S. Martinho das Moitas devia ter sido louvado e não multado, uma vez que prestou apoio a mais utentes do que o acordado, sem precisar de outras participações da Segurança Social. E exemplifica com a apresentação de uma outra situação passada em Vila Maior: “O Centro Social de Vila Maior, em 2008, enviou diversos ofícios, assinados por mim



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

próprio, solicitando o aumento do acordo para SAD, dizendo no mesmo que estava a apoiar cerca de 60 utentes quando o acordo existente era apenas para 45.” Resume e reforça a ideia: “A Segurança Social sabia que o Centro Social de Vila Maior estava a apoiar mais 15 utentes do que o acordado e nunca fomos multados ou chamados à atenção para o facto.”. E, por isso, conclui expressando a sua indignação e a sua completa solidariedade para com o ocorrido no Centro Social da Paróquia de S. Martinho das Moitas. O Deputado Municipal José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) usou da palavra e, em resposta ao presidente da Junta de Freguesia de Sul, afirmou: “nunca nos passou pela ideia que foi o Centro Social de Sul que fez a denúncia.”. E acrescentou: “Eu sou presidente da Junta e vice-presidente do Centro Social e de certeza que não foi nenhum elemento da direção que veio com a ideia de que foi o Centro Social de Sul a denunciar.”. Sem outras intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pelo deputado municipal António Ferreira Gomes, que obteve o seguinte resultado: aprovada por unanimidade. O Deputado Municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) passou a expor as razões que o levaram a intervir e que se prendem com a segurança rodoviária, na sua freguesia, tendo em conta os mais recentes e desfavoráveis fenómenos meteorológicos: chuvas e ventos fortes e queda de neve. Assim, deixa uma breve recomendação ao executivo municipal: “Com todas as derrocadas que têm acontecido, a queda dos taludes, as nascentes que rebentam e provocam o aparecimento de lençóis de água nas estradas, a formação de geada... Que a nossa Câmara Municipal, tendo em conta os escassos meios que nós encontramos nas nossas freguesias, estabeleça acordos e protocolos com as equipas das Juntas de Freguesia e com as equipas de sapadores, no sentido de se poder fazer uma rápida intervenção quando surgem estas intempéries, na manutenção e limpeza das valetas, na criação de escoamentos de água.”. E continua, exemplificando com a sua freguesia de Valadares: “Eu tive a estrada 333-3 cortada por 4 ou 5 horas por causa da derrocada de uma árvore, uma vez que era preciso também efetuar-se o corte da energia pública.”. Sugere assim que fosse permitido às Juntas de Freguesia e às equipas de sapadores procederem a esse tipo de intervenções, alegando que, em certos casos, até já o fazem, e exemplifica com o recurso ao uso do equipamento de sinalização ao dispor da Junta de Freguesia, acrescentando que mais podia ser feito, especialmente se tivessem ao dispor mais gente e mais equipamento. Reforça a solicitação de apoio ao ICNF na prolongação de competências para as equipas de sapadores que as Juntas de Freguesia estão a gerir, no sentido de estenderem a colaboração dos sapadores nesse trabalho de segurança rodoviária como serviço público, o que não tem acontecido, porque o apoio tem sido exclusivamente na vertente da prevenção dos incêndios e na silvicultura preventiva. Solicita para isso mais equipamento: vestuário adequado. E termina reiterando a criação do aludido protocolo entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. O Deputado Municipal José Baltazar Cardoso Correia (PS), interveio para questionar dois aspetos: primeiro, pede para ser informado do exato ponto de situação em que se encontra a requalificação ou reabilitação da ETAR de Valgode e que freguesias vai servir; segundo, pede igualmente esclarecimentos em torno das outras três “mini ETAR’s”, nomeadamente nas freguesias de Valadares, S. Martinho das Moitas e em Pinho, querendo saber em que fase da construção estão, quando vão entrar em funcionamento e se existe um cálculo das populações que vão ser abrangidas. E, depois, deixa um comentário em torno da questão ligada com o saneamento no



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concelho, dizendo que as infraestruturas agora criadas já deviam ter sido feitas há 15 ou 20 anos, mas que as prioridades se ficaram por outras áreas de intervenção: “e esqueceram isto que seria a base para crescer e para termos um concelho mais limpo e saudável, mais apelativo para chamar as pessoas e o turismo.”. E termina com palavras de concordância com o que agora está a ser feito por este executivo camarário: “Essa base nunca foi feita, mas está a ser feita agora, e nota-se que há uma preocupação crescente deste executivo em levar a cabo essas infraestruturas.”. O Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD) começou por questionar o executivo camarário em relação a dois aspetos: o primeiro deles, sobre uma derrocada de um talude ocorrida na recente Av. da Liberdade, acrescentando que: “talvez fosse já previsível, assim como é previsível que ocorram outras, porque considero que o talude não tem o declive adequado, dada a altura do montante.”. E questiona: “aquilo foi uma falha de execução do empreiteiro ou é uma falha do projeto?”. O segundo deles, sobre o acesso à povoação de Negrelos, que ainda está por terminar, verificando que está por fazer uma nova ponte na travessia do rio Trouço e porque desconhece o projeto, deixa a pergunta: “A melhoria do traçado é no atual traçado que vai para Negrelos (alargamento) ou na parte de baixo?”. E conclui com um comentário a esta obra: “Apesar de só agora falar nisso, crítico a obra que foi ali avaliada e melhorada, porque talvez fosse melhor que aquele acesso fosse colocado mais a montante em termos de altitude e, assim, a ponte a fazer seria mais a montante do rio e iria ter à antiga linha do caminho-de-ferro e ligava diretamente à rotunda que está logo em cima.”. O Deputado Municipal José Carlos de Oliveira Duque (PS) congratulou-se por verificar que, ao longo de todas as Assembleias Municipais descentralizadas, Sul tem aqui hoje uma grande representação. E passou ao teor da sua intervenção, que se prende com a antiga povoação do Banho, depois Caldas de Lafões, mais tarde, através do decreto de 15 de Maio de 1895, crismadas em Termas da Rainha D. Amélia e, após a proclamação da República, fixado o seu nome em Termas de S. Pedro do Sul. Refere a vinda e a permanência, no lugar, do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, depois do rei D. Diniz e mais tarde do rei D. Manuel, terminando com a rainha D. Amélia de Orleães, no que todos procuraram as virtuosas águas para se aliviarem das dores, curar e até mesmo consular. Passa, em seguida, a tecer considerações em torno do abandono a que as ruínas do balneário romano foram sujeitas pelos responsáveis anteriores, para elogiar a ação da atual Câmara Municipal no empenho para a sua recuperação: “Assim, a 24 do corrente mês, deslocou-se ao Salão Nobre da Câmara Municipal o senhor ministro da cultura, Dr. João Soares, para a cerimónia da assinatura do protocolo do financiamento entre o Município e a Direção Regional da Cultura do Centro para a recuperação do balneário termal romano.”. Continua e dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul enaltece o seu exercício, porque considera que as constantes deslocações que tem feito aos diversos ministérios e serviços têm dado resultados positivos. E conclui com um apelo: “senhor presidente, apareça sempre que possa, pois os sampedrenses ficar-lhe-ão gratos pelo que tem feito e vier a fazer pelo desenvolvimento da nossa terra.”. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) interveio para lançar a debate três questões: primeiro, sobre os dias de intempérie, assunto já abordado pelo presidente da Junta de Freguesia de Valadares, o senhor deputado municipal informou que, ao se deslocar de Valadares para S. Pedro do Sul, deparou-se em Santa Cruz da Trapa com os sapedores florestais a limparem as valetas, reconhecendo o valor de quem lá estava e o prestimoso serviço que estava a ser feito, referindo que ali podia-se



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

circular com toda a segurança, contrariamente ao que acontecia em Valadares, mas insistindo que o assunto já foi abordado anteriormente e reforçando a necessidade da transferência de alguns serviços para os sapadores florestais. Segundo, reporta-se a uma discussão anterior, em relação ao senhor vereador Francisco José de Matos e ao Decreto-Lei nº 165-2014, de 5 de Novembro, lembrando o enorme esforço feito pelo senhor vereador para resolver o problema, frisando toda a sua força e capacidade em dar uma resposta imediata, mas disse que houve falhas no processo, porque: “aquela listagem que o senhor vereador apresentou, das 144 candidaturas, 59 não tinham necessidade alguma de virem a ser apresentadas como declaração de interesse público, e que agora, se calhar, vai deixar ficar a Câmara Municipal numa situação não tão confortável como na altura pintou nesta Assembleia.”. E continuou: “Queria dizer que convém tentar esclarecer estes produtores pecuários que não havia necessidade alguma de terem apresentado a declaração de interesse público municipal, na medida em que, entre 50 a 60 produtores, já tinham o processo todo desenvolvido e que não havia necessidade alguma de pagarem o requerimento, que totalizará, mais coisa menos coisa, cerca de 1500 euros, o que veio acrescer mais um custo para os produtores.”. Concluiu manifestando que, para o caso, os serviços oficiais deram uma resposta imediata e que a organização que tem parceria com o Ministério da Agricultura e com os serviços oficiais esteve à altura. Terceiro, considera tratar-se de um assunto muito delicado e, com frontalidade, olhos nos olhos, perguntou ao senhor presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul o seguinte: “Fui confrontado, um dia destes, pela minha direção regional, com um processo de inquérito sobre uma queixa que a Câmara Municipal fez à minha pessoa por eu ter proferido injúrias aos serviços oficiais na última Assembleia Municipal: eu quero que me diga, olhos nos olhos, se foi o senhor quem fez essa queixa.”. O Deputado Municipal Alberto Arménio Paulino Almeida, Presidente da União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS): “Na minha freguesia, S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões, há uma série de luminárias, que posso contabilizar em algumas largas dezenas, quiçá centenas, que são aquelas luminárias de “copinho”, antigas, acontecendo que essas luminárias têm lâmpadas de mercúrio e que estão proibidas por lei.”. Continua esclarecendo que, uma vez tratando-se de material proibido por lei, os técnicos da EDP vão aos locais e limitam-se a fazer uma observação e a dizer que são luminárias obsoletas, com a EDP a negar-se a disponibilizar esse material proibido por lei. Assim existem lugares onde já se passaram anos e as luminárias nunca foram substituídas. Informou já ter trocado muitas mensagens escritas com os serviços da EDP e que, em contacto telefónico com um engenheiro responsável pela EDP de Viseu, o mesmo sugeriu que pedisse à Câmara Municipal de S. Pedro do Sul para “pressionar” os serviços da EDP de forma a verem a situação resolvida. E conclui: “Ora, o que aqui me traz é chamar a atenção da Câmara Municipal para pressionar a EDP no sentido das luminárias de mercúrio serem substituídas, porque tenho ruas na minha freguesia, ruas completas, que estão às escuras, e é muito difícil aceitar as reclamações dos fregueses que são justas e legítimas.”. Porque se falou em sapadores florestais, aproveitou o ensejo para chamar a atenção da existência, na União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões, de uma equipa de sapadores florestais, sendo que essas equipas eram compensadas pelo serviço público que prestam em cerca de 35.000 euros, mas que, no ano de 2015, quer a sua freguesia, quer as freguesias de Pindelo dos Milagres, Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões e a de Sul, não receberam qualquer compensação dos serviços públicos do Estado. Continua e refere que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alegam a falta nas compensações com a lei da contratação pública, porque consideram que os funcionários sapedores florestais são funcionários das Juntas de Freguesia e, como tal, a responsabilidade dos pagamentos fica a cargo das respetivas Juntas de Freguesia. Informa que, no caso da sua freguesia, o caso apenas se verifica em três dos elementos do corpo de sapedores florestais, havendo dois que não se encontram abrangidos pela contratação pública. E conclui dizendo que deviam receber 2/5 dessa comparticipação de 35.000 euros, mas que: “até hoje não recebemos um cêntimo e estamos a suportar com grande dificuldade os vencimentos, os seguros, as manutenções dos equipamentos, os combustíveis, segurança social... E vimos com preocupação a manutenção das equipas de sapedores florestais.”. Assim elogia a proposta anteriormente apresentada pelo presidente da Junta de Freguesia de Valadares, considerando existir a possibilidade da Câmara Municipal poder participar nas despesas ou protocolar serviços como forma de ajudar à manutenção das equipas de sapedores florestais. O Deputado Municipal José Luis Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD) informou ser o assunto da zona industrial do Alto do Barro o motivo da sua intervenção, passando a explicar que, na dita zona industrial, existem vários terrenos, uns cedidos e outros comprados, que se encontram desocupados: “nomeadamente 6 hectares da Sicornet.”. E continua: “Daquilo que se me dá a entender, eles estão dispostos a livrarem-se do terreno, e eu juntamente com o presidente da Câmara tivemos uma iniciativa para, com eles, encontrarmos uma solução para isso, embora ainda não se tenha chegado a acordo.”. E volta a insistir: “Eu acho que se devia fazer uma segunda abordagem e eu não me importo de ajudar e patrocinar isso.”. Depois principia com algumas considerações em torno da construção da zona industrial, dizendo que foi bem construída, mas que foi mal gerida na sua distribuição e na sua venda, acrescentando que, quem lá vai, depara-se com um cenário de terrenos a monte e com silvas, inexistência de passeios e lamenta que a Junta de Freguesia não tenha meios para suportar a manutenção do espaço, embora isso seja da responsabilidade da Câmara Municipal, porque é um lugar onde trabalha muita gente e que, apesar de não serem muitas empresas, podiam cativar-se outras para lá se fixarem e criarem mais emprego. E termina com a sugestão da criação de um grupo de trabalho para mediar as negociações entre a Câmara Municipal e a Sicornet. O Deputado Municipal José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de S. Martinho das Moitas e de Covas do Rio (PS) interveio para dizer que, em Sequeiros, existe uma junta de agricultores que, em cerca de 2010, formalizou um projeto para um regadio, sendo que o mesmo projeto, em 2011, saiu aprovado pelo Ministério da Agricultura, mas que, entretanto, mais nada foi feito. E finaliza: “Eu pedia ajuda para desbloquear a situação.”. O Deputado Municipal José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS) disse que pauta as suas intervenções por critérios de justiça, acrescentando que, de todas as intervenções hoje proferidas: “o único deputado que eu ouvi aqui fazer um elogio à Câmara Municipal foi o senhor José Duque.”. Explica que nas últimas semanas a Câmara Municipal tem lançado obras, umas em fase de concurso e outras já adjudicadas, que são anunciadas na página Web da autarquia. Depois alude às palavras do deputado municipal Baltazar Correia para falar do saneamento básico, referindo que sempre foi um assunto que o preocupou, quer como município, quer enquanto autarca, porque considera que é uma infraestrutura que, por ser básico, todas as pessoas devem ter acesso a ela. E, reportando-se à sua freguesia, que é Pinho, informa que apenas duas povoações estão dotadas com saneamento e ambas com problemas: “uma mais



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grave do que outra, mas uma delas tem a fossa séptica com problemas há já muitos anos, sendo que estava cheia e tudo o que lá ia parar esgotava para o rio Vouga, portanto estávamos a contaminar o rio Vouga.”. Volta a elogiar o trabalho e o esforço do executivo municipal no sentido de resolver a situação, mas, referindo-se a 2009, afirma: “voltando a 2009, quando o candidato pelo Partido Socialista à Câmara Municipal foi o Dr. José Carlos Almeida, pessoa de grande credibilidade, mas que infelizmente não conhecia bem o nosso concelho, ao contrário do atual presidente, que, num debate na Rádio Vouzela, quando o então candidato e já presidente da Câmara há já dois mandatos, o Dr. António Carlos Figueiredo, quando o Dr. José Carlos Almeida o confrontou com essa situação de Sobral de Pinho e com a de Rio de Mel, que estariam ambas a deitar os dejetos para o rio Vouga, o Dr. António Carlos Figueiredo respondeu que não, que era mentira, redondamente mentira, e que aquilo estaria tudo a funcionar em pleno.”. Continua e diz que das duas uma: ou o Dr. António Carlos Figueiredo, tal como o Dr. José Carlos Almeida, não conhecia bem o concelho, o que é grave, porque já estava na presidência da Câmara Municipal há dois mandatos, ou então, se conhecia a situação, ignorava. E conclui com palavras de congratulações para com o trabalho do atual executivo camarário, nomeadamente para o arranjo das duas fossas sépticas na freguesia de Pinho, dizendo que o trabalho que agora está a ser feito já devia ter acontecido há uns 15 ou 20 anos. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) em uso da palavra, começou por abordar a problemática do saneamento básico, considerando que é um assunto recorrente, mas que é forçoso repetir, porque os senhores vereadores e os senhores deputados municipais da bancada do PSD não conseguem admitir que: “nós não temos saneamento básico em todo o concelho, nem os mínimos comparando com os níveis nacionais, e nem o instalamos, com o senhor vereador Rogério Duarte a insistir que a colocação de canos é ou não é saneamento.”. Dirige-se então diretamente ao vereador Rogério Duarte para dizer o seguinte: “Saneamento básico no concelho todas as pessoas que aqui estão sabem o que é e a que se destina e quais são os fins, depois podemos discutir se o saneamento é na ETAR, se é nos canos, se a colocação é o saneamento...”. E refere que S. Pedro do Sul há-de ser dos concelhos do país com uma pior rede de saneamento básico, o que é agravado com o que foi dito pelo anterior presidente da Câmara Municipal, Dr. António Carlos Figueiredo, e pelo senhor vereador Adriano Azevedo, que na televisão disse que o concelho estava coberto por uma rede de saneamento básico: “e isso não é verdade, assim como não é verdade que saneamento seja a colocação dos canos.”. E, sobre a questão do saneamento básico, termina com o reiterado elogio ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal. Em seguida, de acordo com o assunto do parque industrial, realça o esforço da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul na negociação, aquisição de terrenos e instalação de infraestruturas para a criação do parque industrial de Pindelo dos Milagres, que reforça: “tem que ser uma realidade.”. Sobre o já criado e em funcionamento parque industrial de Bordonhos, considera que não foi apenas a sua localização, que julga não ter sido bem escolhida, porque hoje em dia os privados e as empresas precisam das autoestradas a passarem às suas portas, o que faz toda a diferença: “faz diferença porque o preço dos combustíveis é o que se sabe e porque para os fornecedores é fundamental a boa localização nas vias de comunicação que unem Portugal de norte a sul.”. Mas acrescenta esperar que esse novo parque industrial não tenha somente a colocação dos terrenos a bom preço e o incentivo para a sua compra, insiste que é preciso um acompanhamento, que é preciso um trabalho no sentido de atrair mais e melhores



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresas e que é preciso saber diferenciar o concelho no que ele tem de melhor. E, finalmente, realça um terceiro assunto, que se prende com a manifestação de uma nota de pesar e lamento pela total ausência dos senhores vereadores e deputados municipais da bancada parlamentar do PSD na cerimónia da assinatura do protocolo de financiamento das obras de requalificação do balneário romano, realizada com a presença do senhor ministro da cultura e que foi notícia em vários órgãos de comunicação nacional, tratando-se de uma obra há muito ambicionada pelas populações, apenas entendendo e desculpando aqueles que, por razões profissionais, não puderam estar presentes. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado as seguintes intervenções: A senhora Manuela Tavares, representando a Associação Fragas – Aveloso, saudou todos os presentes e deu início às causas que a levaram a intervir, começando por enquadrar a dita associação no contexto da sua finalidade: “é uma associação para interação ambiental, cultural, comunitária e científica, porque ela foi criada em homenagem a uma bióloga/cientista que faleceu há cerca de 6 anos, sendo que esta associação começou a funcionar em Aveloso de Sul.”. Acrescentou que a associação, em 2015, dinamizou um projeto apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, que tinha como objetivo a formação de mediadores em turismo médico e responsável, explicando que se trata de um turismo virado para as aldeias, onde as pessoas locais partilham os seus saberes e as suas vivências com quem vem de fora, com os proveitos desse turismo a ficarem nas próprias comunidades, especialmente a partir da lei do alojamento local, que prevê a legalização das casas de alojamento na aldeia onde os visitantes podem ficar: “Portanto, ganha quem cede parte da sua casa para quem visita, ganha quem faz a comida na aldeia, ganham as mediadoras e os mediadores que forem fazer as visitas guiadas a essas e a esses visitantes.”. Depois alega que a associação pensou na criação de alguns percursos para os visitantes, especialmente na freguesia de Sul, destacando aquele que foi por alguns considerado o mais bonito percurso do concelho: “é o percurso Aveloso – Açores, que, graças à intervenção da Junta de Freguesia de Sul, no ano passado conseguiu desbravar parte daquele caminho, o que já permitiu fazer algumas caminhadas.”. E alude a outro percurso importante: “o da Ribeira da Vargem, onde, no âmbito do Programa Ciência Viva, fizemos já três ações no verão.”. Refere, enfim, que a freguesia de Sul é a única que não tem um percurso pedestre legalizado e solicita que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul possa vir a promover e legalizar um percurso circular: “onde se parte da igreja de Sul, vai por Oliveira, Trigal, Loureiro, Fujaco, Açores, Aveloso, Ribeira da Vargem e outra vez igreja de Sul.”. Reforça que se trata de um percurso pedestre circular, com mais de dez quilómetros e que portanto pode ser legalizado. Foca algumas dificuldades e apresenta algumas soluções para a efetivação do percurso: “a melhoria do caminho entre o Trigal e o Loureiro e o desbravar do caminho entre o Fujaco e os Açores. Para isso, segundo as palavras do senhor presidente da Junta de Freguesia de Sul, na parte do caminho entre o Trigal e o Loureiro é possível que a Junta o possa fazer, mas a parte entre o Loureiro e o Fujaco torna-se muito mais difícil e é preciso certamente o apoio de uma equipa da Câmara Municipal para fazer isso.”. Passa, seguidamente, a tecer algumas considerações acerca da importância do percurso para a região: “Primeiro, a riqueza paisagística é muito bonita, mas existe a aldeia do Loureiro, que em tempos foi uma aldeia mineira e poucas pessoas se lembram



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disso; [...] e é uma pena que, sendo um local onde existiu uma produção industrial com algum peso (uma das minas tinha mesmo galeria e entravam vagões), nós não possamos aproveitar o património histórico dessa aldeia mineira para também promover o turismo e essa riqueza patrimonial.”. E conclui com uma mensagem: “É essa a proposta que vos trazemos, tendo em consideração que há riquezas patrimoniais ignoradas e que precisam ser valorizadas, porque é um bem para todas as pessoas: aquelas que nos visitam e aquelas que aqui vivem e que se sentem valorizadas pelo facto de perceberem que a sua história é uma história que não ficou para trás e que foi valorizada.”. A senhora Ana Rita Trindade, em representação da Cooperativa Acolher Rural, começou por realçar a recente formação da cooperativa e referir que se tratou de uma continuidade do projeto Acolher. Frisa que os objetivos da cooperativa passam por “unir as pessoas” e por promover o turismo rural com a envolvimento de todas as pessoas. Assim, após esta breve apresentação, convida todas as pessoas a irem visitar a Associação Fragas – Aveloso e a conhecerem um pouco do trabalho que por lá se faz. Alude depois a um programa turístico de aldeia que vão ter no período da Páscoa: “vai ser uma experiência piloto do projeto Acolher, mas já é a cooperativa que está a trabalhar muito nisto, porque fomos nós que fizemos os roteiros e que estivemos envolvidos neste processo.”. E distribuiu informação sobre o programa, explicando que as receitas do programa serão distribuídas por todas as pessoas envolvidas: “ou seja, esse dinheiro será distribuído por todas as pessoas que dão as casas, que dão os quartos, paga-se x às pessoas que dão as refeições, paga-se x aos jovens que foram mediadores de turismo e que estiveram a ser capacitados.”. Terminou dizendo que a cooperativa é constituída por jovens mulheres e com vontade de dinamizar o turismo rural. O senhor Américo Gonçalves, em uso da palavra, aproveitou para saudar todos os presentes e começou por referir que o passado dia 24 foi um dia muito feliz para todos os sampedrenses, porque foi assinado o protocolo financeiro para a recuperação do balneário romano, nas Termas de S. Pedro do Sul, com a presença do senhor ministro da cultura, Dr. João Soares, realçando: “palavra dada é palavra honrada do senhor presidente Vítor Figueiredo, porque se comprometeu a restaurar as ruínas há mais de trinta anos.”. Relembrou ainda que outros houve que se comprometeram e nada fizeram, exceto endividar o município em milhões. Em seguida, menciona que, durante um ato eleitoral, apenas podem permanecer na sala elementos da mesa e delegados, contudo: “o senhor presidente pode entrar, pedir número de votantes e sair e não permanecer como foi o caso.”. Deixa, por fim, alguns pedidos ao executivo municipal: “Pedimos ao presidente Vítor Figueiredo que nos faculte a máquina, a fim de reparar o estradão do Outeiro a Aldeia e limpar caminhos intransitáveis que ligam Posmil e Lajeosa.”. Realçou a sua disponibilidade para acompanhar a máquina de forma gratuita e desinteressada “e não a fiscalizar, como alguém do contra disse”. Agradeceu ao senhor António e ao senhor José, ambos do Outeiro, pela ajuda com a drenagem e reparação de tubos, acrescentando que a máquina seguiu para Aldeia e Leirados, onde a acompanharam, igualmente de forma gratuita, o senhor Anselmo. Finalmente, pediu que agora se zelasse pela manutenção dos caminhos: “da estrada do Ervilhal para o Outeiro encontra-se um barranco caído; no início do estradão do Outeiro encontra-se outro barranco caído e a impedir a passagem da água de regadio, pelo que se pede a remoção.”. E concluiu: “Senhor presidente-- , palavra dada é palavra honrada, e o senhor presidente prometeu alcatroar a estrada para o Ervilhal e rua do Amaral e vai ser uma realidade. Obrigado senhor presidente.”. A senhora Maria do Carmo Coelho, em uso da palavra, dirigiu uma palavra de saudação aos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diversos autarcas presentes e aproveitou a sua intervenção para lamentar o mau estado de conservação em que se encontra a rua onde mora e as suas dificuldades de locomoção: “porque eu ando encostada a dois paus e não posso descer pela rua abaixo [...] e que às vezes quer lá ir um carro de bombeiros e não consegue passar, porque é muito apertado.”. E solicita ao executivo camarário que considere a sua situação e que cumpra o que há já muito tempo foi prometido e que nunca foi cumprido: “que componha a rua.”. Mais esclareceu que se trata da rua da Portelada, no lugar do Outeiro, freguesia de Sul. O senhor José Pinto de Almeida, que se seguiu na ordem das intervenções, cumprimentou a todos no geral e começou por anunciar que é um pequeno industrial da freguesia de Sul e que vem apresentar três casos: primeiro, aborda o processo da toponímia da povoação de Sul, considerando que, no lugar onde mora, chamado de Santa Bárbara, colocaram novas placas com a identificação toponímica: “uma travessa de Santa Bárbara, outra rua de Santa Bárbara e mais uma placa onde diz largo de Santa Bárbara”, e conclui dizendo que acha bem os nomes atribuídos ao largo e à travessa, mas que, em relação à rua de Santa Bárbara, gostaria que lhe fosse explicado onde começa e acaba a dita rua, porque refere ser essa a rua principal que vai de S. Pedro do Sul ao Fajaco. Segundo, enquanto pequeno industrial na povoação de Sul, o senhor José Pinto de Almeida informou que se tornou o maior criador de frangos industriais do concelho de S. Pedro do Sul, que deve ser a pessoa coletiva que mais contribui com o pagamento do IMI, mas que, nos últimos tempos, passa por dificuldades, uma vez que a empresa integradora deixou de recolher os frangos com carros de pequena dimensão e envia trailers: “os trailers para entrarem na minha propriedade têm que dar a volta por longe e começaram a escavar o terreno do vizinho e, com o inverno, se lá forem ver, a água que vem da estrada do Fajaco para baixo é muita, porque não há valetas nem aquedutos, que foram todos bloqueados, e a água que vem escava aquela parte da estrada.”. Informa que a Junta de Freguesia de Sul já lá mandou descarregar umas camionetas de saibro, mas que esse saibro já desapareceu. E agradece ao executivo camarário que faça alguma coisa para resolver essa situação. Terceiro, sobre a abertura e alargamento de caminhos nos baldios, alertou para o facto dos caminhos e dos baldios da área nascente da freguesia de Sul continuarem a monte e sem qualquer limpeza: “aqui o último fogo foi há 25 anos e ele pode estar aí à porta, se não hoje, pode ser amanhã, se não é este verão é para o ano, e é preciso limpar esses caminhos também.”. O senhor José Nicolau de Figueiredo, usando da palavra, começou por cumprimentar os circunstantes e agradecer a oportunidade, começando por dizer que Sul se encontra no centro do concelho de S. Pedro do Sul e que espera que esteja igualmente no coração da edilidade municipal. Passa depois a expor as razões da sua intervenção: “gostava, perante esta Assembleia, de reforçar a vossa sensibilidade para com este território, que vem perdendo taxa demográfica há já muito tempo e a uma velocidade bastante preocupante, e que, com isso tudo, começa a colocar em causa os poucos serviços que ainda existem aqui na freguesia, nomeadamente a extensão de saúde e a escola do 1º ciclo do ensino básico.”. E, retomando a localização da freguesia de Sul em relação ao concelho, lembra que, juntando as freguesias de Sul e mais as outras que ligam ao norte do concelho, a área somada fica em mais de 50% da área total do território concelhio: “assim, fazendo o diagnóstico do que têm sido as causas da perda de demografia, que passam por alguns documentos que regulam o território, que é o caso da REN e do PDM, e que têm inviabilizado qualquer tentativa mais arrojada de empreendedorismo no concelho.”. Considera existir uma REN que condiciona totalmente”: “há dificuldades para



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instalar um aviário, há dificuldades para criar um barracão de arrumo de lenha, há dificuldades para tudo e não se consegue nada.”. E pensa que o PDM só veio agravar ainda mais a situação, relegando Sul para uma condição de pouca atividade. Conclui com a seguinte recomendação: “agradecia poder contar com o vosso apoio para que no futuro, quando se mexerem nestes documentos e aquando das decisões sobre possíveis viabilidades, que se procurem todos os meios para facilitar a instalação de atividade económica aqui na freguesia.”. A senhora Lurdes de Bragança, que é deputada municipal, mas que vai intervir enquanto freguesa e representante de um grupo de pessoas que nela delegaram a apresentação de uma situação, pediu a palavra e começou por a todos saudar e agradecer a presença, expondo então o seguinte: “prende-se com a situação de uma regueira de água que atravessa um caminho por onde diariamente vários proprietários precisam de passar, sendo que essa regueira há já bastante tempo foi alagada e entupiu; inclusive na época os populares já se dirigiram à Câmara para colocar a questão e pedir ajuda para desencravar essa mesma regueira, só que foi lá um funcionário da Câmara com a chamada toupeira para desencravar, mas não conseguiu, ou seja, é necessário uma intervenção mais aprofundada, uma vez que com isso não resolveu.”. Em conclusão, o que pretendem é que o executivo camarário resolva a situação do caminho que se encontra intransitável, na medida em que é atravessado várias vezes por dia pelas populações e pelos animais que levam para os terrenos cultivados. Informou ainda que a questão já foi colocada à Junta de Freguesia de Sul, que o seu presidente mostrou vontade de solucionar o problema, mas que o não podia fazer sozinho, precisava da ajuda da Câmara Municipal: “o senhor presidente da Junta de Freguesia contribui com as manilhas para a respetiva regueira, enquanto nós pedimos que a Câmara Municipal faculte a máquina.”.

Finalizado o período de intervenção do público, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que, após cumprimentar todos os representantes dos órgãos autárquicos, público presente e comunicação social, manifestou a sua satisfação por se encontrar na freguesia de Sul e sugeriu ao presidente da mesa que lhe permitisse responder em primeiro lugar aos munícipes, porque a sessão vai adiantada e há pessoas que precisam de se ausentar, e que depois responderia aos senhores deputados municipais. Assim, começou por prestar os seguintes esclarecimentos aos senhores munícipes: em resposta à senhora Manuela Tavares, da Associação Fragas – Aveloso, o presidente do executivo municipal remeteu uma explicação mais aprofundada para o vereador Pedro Mouro, que tem o pelouro do turismo e dos percursos pedonais, acrescentando apenas um comentário: “neste momento o município de S. Pedro do Sul já tem mais de uma dezena de percursos pedonais, não interessando criar percursos pedonais por criar, interessando sim mantê-los limpos e valorizados, para que as pessoas deles possam usufruir nas melhores condições sempre que quiserem.”. Ainda esclarece: “Nós podemos ter dificuldade em ter pessoal da Câmara Municipal para fazer a limpeza desses percursos todos que já existem, de forma que é preciso tratar com alguma contenção esse assunto, sob pena de estarmos a criar muitos percursos e acabar por não ter nenhum em funcionamento.”. E completa com a seguinte consideração: “as nossas estradas estão com aterros, com ervas, as habitações e as povoações também estão cheias de ervas, mas vamos certamente encontrar uma forma de contrabalançar as duas partes e chegar a uma solução proveitosa.”. Em resposta ao senhor Américo Gonçalves, o Presidente da Câmara Municipal,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre as duas situações de barreiras caídas na estrada, informou que não é somente em Sul, que esse problema existe por todo o concelho, e exemplifica com metade da estrada praticamente intransitável que vai para o Sobral, que abateu e precisa da construção urgente de um muro de grandes dimensões, com a estrada que vai para Covelas e que também se encontra intransitável, concluindo que é preciso estabelecer prioridades e acudir primeiro às estradas que estão intransitáveis: “as nossas prioridades, no momento, vão ser os acessos ao Sobral e a Covelas e, depois, iremos então a todas aquelas barreiras que caíram por todo o concelho e não apenas na freguesia de Sul.”. Em resposta à senhora Maria do Carmo Coelho, o presidente da edilidade camarária informou que as obras de arranjo da rua da Portelada à rua Cimo do Povo, no lugar do Outeiro, encontram-se já protocoladas com a Junta de Freguesia de Sul, manifestando a vontade em cumprir brevemente esse acordo. Em resposta ao senhor José Pinto de Almeida, o presidente da Câmara Municipal, sobre a questão da toponímia, esclareceu que se trata de um processo com mais de dez anos e que é agora o atual executivo que se encontra a resolver o assunto da toponímia, acrescentando que, embora seja a Câmara Municipal que está a colocar a toponímia, a competência é da Junta de Freguesia, de forma que qualquer problema relacionado com esse assunto deve ser tratado com o senhor presidente da Junta de Freguesia de Sul. Depois, sobre a inexistência de aquedutos e valetas na estrada que conduz aos seus aviários, o senhor presidente do executivo municipal deu toda a razão ao senhor José Pinto de Almeida, mas reiterou a ideia: “o problema que existe ali existe igualmente em todo o concelho e que é mais uma situação mal resolvida que nos deixaram; e como pode calcular nós agora não podemos ir ao concelho todo para resolver os problemas todos.”. E, por fim, sobre a questão da máquina que andava nos caminhos de Aldeia e Macieira, o senhor presidente da Câmara Municipal manifestou o seu contentamento por a máquina andar na freguesia de Sul, porque são muitas as freguesias que precisam da máquina e que ainda não tiveram oportunidade para que a máquina lá fosse, acrescentando que a máquina está a funcionar e que gasta mais de 100 litros de gasóleo por dia, porque: “durante anos a máquina esteve parada e, connosco, que compramos um veículo trator e uma zorra, conseguimos deslocar a máquina no mesmo dia de um lado para o outro, coisa que antes não existia, podendo-se criticar por a máquina andar num sítio e não andar no outro, mas felizmente critica-se porque se faz e não porque não se faz.”. Em resposta ao senhor José Nicolau de Figueiredo, o presidente do executivo camarário reconheceu as limitações provocadas pela REN e pela dificuldade na instalação das atividades económicas, acrescentando que é um problema que se verifica por todo o concelho, mas que a atual edilidade está a tentar alterar o PDM há cerca de dois anos, o que ainda não foi possível, porque, apesar da muita vontade, a Câmara Municipal encontra-se tolhida por parte da legislação aplicada a este tipo de assuntos. Em resposta à senhora Lurdes de Bragança, que veio representar um grupo de munícipes, o senhor presidente do executivo municipal, sobre a regueira que se encontra alagada e o caminho intransitável, pediu que lhe fosse facultado o número de telefone de uma das pessoas interessadas, de maneira que, ainda esta semana, lá se possa deslocar pessoalmente, avaliar a situação e aferir a forma de resolver o problema. O Vereador Pedro Mouro, em resposta à senhora Manuela Tavares, da Associação Fragas – Aveloso, esclareceu ter conhecimento da existência de reuniões com a senhora vereadora da cultura, Teresa Sobrinho, mas que, apesar do seu pelouro ser do turismo, os assuntos estão a ser articulados entre os dois vereadores, acrescentando, sobre os percursos pedonais, que: “em primeiro lugar, é falso que todas as



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

freguesias do concelho tenham percursos pedonais, se calhar metade das freguesias ainda não os têm, mas nós, no momento, queremos alargar os nossos percursos e temos já técnicos a trabalhar nisso, nomeadamente alargar às freguesias de Pindelo dos Milagres, Pinho, Vila Maior... E noutras, em que o percurso não está perfeitamente traçado e identificado, temos realizado atividades ao longo do ano, em que levamos lá as pessoas, como tem acontecido em Figueiredo de Alva.”. Depois, concretamente sobre a freguesia de Sul, recorda que já existiu um percurso na freguesia e que se denominava de PR5, que apanhava a zona do Fujaco e que, por causa de um incêndio, se perderam todas as placas indicativas e que, desde então, esse percurso ficou desativado. Realça que a Associação Fragas – Aveloso, exceto através do orçamento participativo e da deslocação ao local de um técnico municipal para verificar o hipotético percurso, não formalizou junto da Câmara Municipal qualquer proposta para a conceção e execução desse percurso pedonal, acrescentando que surgiu sim um pedido da Associação do Fujaco para restabelecer o dito percurso que existia naquela região, aproveitando uma zona de moinhos existente no Fujaco e também percorrer a área do Loureiro e de outras localidades que possam estar abandonadas e que possam ter interesse turístico. E concluiu: “Eu acho que não podemos desperdiçar recursos, mas a vossa proposta é válida e, juntamente connosco e com a outra associação, pegando o que já existia no PR5, podemos recuperar e montar um novo percurso e não ficar cada um a trabalhar por si, portanto nós estamos disponíveis para colaborar e ajudar a formalizar uma candidatura ao novo percurso partindo do tal PR5, reformulando e concebendo um outro traçado, passando nos locais que aqui identificam, sendo que no futuro, quer por parte das associações, quer por parte das Juntas de Freguesia, tem que haver colaboração nas manutenções do percurso em espaços públicos e em zonas privadas, evitando termos muitos percursos que, por força das condições climatéricas (...) num local ou noutro ficam intransitáveis por causa do mato que se vai acumulando.”. Louva a atividade positiva da associação, reforçando que tem que se inserir na política desenvolvida pelo Turismo do Centro e pela Câmara Municipal, de forma a todos trabalharem para o mesmo, com políticas únicas e concertadas e com atividades comuns.

O Presidente da Assembleia Municipal encerrou o período de respostas do executivo camarário às intervenções do público, passando em seguida a conceder a palavra ao Vereador Rogério Duarte, que interveio para defender a sua honra que considerou ter sido ferida. O Vereador Rogério Duarte, em uso da palavra, após um cumprimento alargado, começou por aludir ao provérbio popular, “quem não se sente não é filho de boa gente”, dirigindo-se em seguida ao senhor deputado municipal André Matias para lhe tentar explicar o que é saneamento básico: “O saneamento básico é uma coisa muito abrangente e envolve água para consumo humano, encaminhamento e tratamento de águas residuais e águas pluviais.”. Refere que não se pode restringir o saneamento exclusivamente ao encaminhamento e tratamento das águas residuais, manifestando esperança na correta assimilação do conceito de saneamento básico por parte do senhor deputado municipal André Matias. Sem querer colocar ninguém em causa, insiste que se trata de um tema que deu azo a muita discussão na reunião de Câmara e que foi muito falado em ações de campanha, que manifesta a sua estupefação com o silêncio do vereador Francisco de Matos perante este assunto, porque: “está aqui presente a pessoa que, durante três mandatos, foi o responsável pelo saneamento básico em S. Pedro do Sul: no exercício das suas funções



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquanto foi presidente o senhor, grande presidente, Dr. António Carlos Figueiredo e um mandato no exercício das suas funções enquanto foi presidente da Câmara o Dr. Manuel Martins. É evidente que o trabalho feito pelo Dr. Francisco de Matos foi o trabalho que foi possível fazer. Resolveu algumas situações, concretamente aqui bem perto, em Oliveira de Sul, já foi falado aqui no Sobral, em Mosteirinho...”. Felicitou o senhor presidente da Câmara pela iniciativa da aquisição dos terrenos para a instalação de mini ETAR’s, lagoas de necrófitas ou fossas sépticas, acrescentando que vai certamente mandar instalar o que de melhor houver em termos de equipamento: “mal seria se fosse encontrar uma solução de recurso como foi ao longo dos anos encontrada em algumas situações.”. Depois falou que tem que haver honestidade e que a honestidade obriga a dizer: “há já muita coisa feita, porque o saneamento tem que passar por tubos.”. Frisou que o trabalho não se encontra ainda concluído e acrescenta que o atual presidente vai concluir um trabalho que foi iniciado por outros. E reafirma: “Eu nunca disse que nós temos uma cobertura de rede de saneamento significativa no nosso concelho.”. Alude à grande extensão do território concelhio, manifestando esperança em que o executivo e os executivos que hão-de vir possam encontrar soluções para que as pessoas tenham uma melhor qualidade de vida. E termina com um apelo: “Espero bem que o Dr. Matos, enquanto responsável por essa área durante 12 anos, dê uma explicação cabal acerca desta situação, para acabar de uma vez por todas com estes problemas.”. Em resposta, usou da palavra o Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) que, enquanto cidadão, aceitou a explicação do professor Rogério: “que, além de professor de educação musical, é um músico e que dança ao sabor do que a banda vai tocando.”. E continuou pedindo licença para também ele apresentar uma explicação por analogia: “da mesma forma que não é por eu ter um músico que tenho uma banda, igualmente não é por eu ter canos que tenho saneamento.”. Deixa enfim um reparo: “o senhor disse aqui que o Dr. Matos fez aquilo que era possível fazer e isso é certo, ninguém diz o contrário, mas o que não pode continuar a ser dito e a ser veiculado é que este concelho goza de uma rede de saneamento básico.”. Reitera que não goza e lamenta por isso, acrescentando que tem de longe a pior rede de saneamento dos concelhos portugueses com o mesmo grau de desenvolvimento. E conclui com uma palavra de consternação pela discussão ocorrida na última reunião de Câmara: “e que o senhor iniciou, dizendo que o senhor presidente da Câmara chamou burro aos munícipes do concelho de S. Pedro do Sul por dizer que tem saneamento, eu gostava então que ficasse de uma vez por todas claro que a instalação de canos ou de tubos não é saneamento básico.”.Em resposta, o Vereador Rogério Duarte usou novamente da palavra apenas para referir: “Senhor deputado, com o máximo respeito pela sua irreverência, eu já tenho idade para ser seu pai e nunca fui deselegante nem mal-educado com o senhor, portanto não lhe fica nada mal um bocadinho mais de tento nas suas palavras; o senhor está aqui a chamar-me de músico, coisa que eu tenho muita honra e prazer em ser, mas o senhor nem sequer músico chega a ser, o senhor é um artista.”.O Vereador Francisco José de Matos pediu a palavra e usou-a para responder ao senhor vereador Rogério Duarte, começando por confirmar a sua responsabilidade enquanto vereador do pelouro dos saneamentos e águas durante dois mandatos. E aduziu uma explicação: “Toda a gente sabe que um vereador gere um determinado pelouro com uma determinada dotação orçamental, sendo que, ao tempo, a dotação orçamental que tocava ao saneamento era para comprar tubos e o resto era feito com mão-de-obra da própria Câmara; não houve empreitadas e, como tal, não houve e nem podia haver uma



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grande expansão da rede de saneamento, e o certo é que ainda hoje há freguesias que não têm um único palmo de saneamento.”. Dito isto, deixa a pergunta: “A culpa é do vereador?”. E responde: “A culpa é de quem atribui os orçamentos.”. Assume que, a exemplo do que foi feito com a água, se podia ter insistido mais na disponibilização de verbas para conseguir comprar tubagem para o saneamento, mas apresenta uma contrariedade a esta política: “como é que depois se fazia tudo aquilo que está a montante e a jusante da instalação do saneamento?”. Continua e clarifica que, se a intenção era atingir a sua honra dizendo que passou vários anos com o pelouro do saneamento e que o saneamento está por fazer, o intento não foi conseguido, porque a sua honra sempre se pautou por trabalhar digna e intensamente nos pelouros que lhe foram distribuídos, que sempre pediu ao seu presidente da época que lhe aumentasse as dotações para o saneamento e que aumentasse o investimento no saneamento, mas que: “não quis, não pôde ou entendeu que havia outras prioridades, porque, se repararem, o saneamento faz-se uma vez e nunca mais se vê e nunca mais as pessoas se lembram que têm saneamento e, portanto, em termos políticos, desculpem dizer, o saneamento não dá votos, e é por isso que por vezes as pessoas investem pouco no saneamento, o que não quer dizer que tenha sido o caso.”. Depois, em resposta ao assunto levantado pelo senhor deputado municipal António Lopes Ribeiro, que manifestou algumas reticências aos pagamentos que alguns produtores fizeram na Câmara Municipal, o senhor vereador Francisco José de Matos informou que: “os únicos pagamentos realizados foram relativos aos consumos que lá foram feitos: foram as três folhas fotocopiadas do PDM e depois pagar a certidão que foi sete euros e tal e nada mais.”. E acrescentou que, embora não fossem perfeitos, o que fizeram foi bem feito, porque houve Câmaras que nada fizeram e agora estão a fazê-lo apressadamente: “e em duas reuniões a que eu já fui, tive o gosto de receber louvores das entidades a dizer que a Câmara de S. Pedro do Sul cumpriu o seu papel, embora não fosse obrigada a fazê-lo.”. Em seguida, o Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para dar início ao período de respostas aos deputados municipais, que levantaram as seguintes questões: Em resposta aos assuntos levantados em torno do saneamento, e dirigindo-se ao deputado municipal Baltazar Correia, o presidente do executivo camarário insistiu na necessidade de se continuar a discutir os problemas do saneamento e da água em S. Pedro do Sul, porque se trata do principal problema a nível das infraestruturas das freguesias do concelho, considerando que existe ainda muito por fazer nesse sentido e que todos devem estar unidos para a concretização desses benefícios às populações. No caso concreto da ETAR situada em Valgode, informou tratar-se da construção de uma nova ETAR, porque a agora existente encontra-se completamente obsoleta e a fazer descargas periódicas para o rio Vouga, com o ónus da poluição e das pesadas coimas (na ordem das dezenas de milhares de euros) que são aplicadas em função dessas descargas e desses crimes ambientais, de modo que a necessidade se justifica, reforçada pela falta das peças de substituição, que, quando avariavam, tinham que ser os próprios funcionários camarários a fabricá-las manualmente, o que sempre implicava muito tempo e dinheiro. Acrescentou que essa nova construção, numa fase inicial, beneficiava de uma comparticipação de 85%, mas que, entretanto, se confirmou ser de 60%, referindo que encetou negociações, durante a semana anterior, para se retomar a percentagem de comparticipação inicial e confirmou que as reuniões foram produtivas e que as perspectivas para que o financiamento seja novamente alargado para os 85% são positivas. No caso da construção das outras mini ETAR's, começou por explicar que são ETAR's de menor dimensão e fez o ponto



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de situação: “em relação a Mosteirinho e Sobral, o júri está a analisar as propostas para se entregar ao empreiteiro; no que diz respeito à do Covelo de Valadares, está a aguardar a apresentação de propostas, sendo que o prazo limite é até dia 29 de Fevereiro, precisamente hoje; temos igualmente em curso obras no abastecimento de águas a Paradela de Valadares e em Vale de Macieira; no que diz respeito à Rompecilha, está também a aguardar propostas.”. E concluiu: “Meus senhores, quero dizer-vos que, desde Janeiro até ao momento, e sem contar com a nova ETAR, nós temos já um investimento em saneamento superior ao investimento da Câmara Municipal desde 2011 até 2015. O investimento em saneamento de 2011 a 2013 foi de 327 mil euros, mas o investimento deste ano é já superior a isso, e não estou a falar da nova ETAR, que, como podem calcular, é de muitos milhões, de forma que, entre Rompecilha, Mosteirinho e Sobral, só estas três têm um valor superior a tudo aquilo que foi investido em saneamento desde 2011 até 2015.”. E concluiu demarcando-se das obras que dão votos, dizendo: “[...] a obra em saneamento não é uma obra que dá votos e, no passado, houve a preocupação de fazer obras que dão votos, mas nós estamos a trabalhar naquilo que, em pleno século XXI, é inadmissível faltar às populações – a água e o saneamento.”. Prossegue com o anúncio das freguesias que vão ser abrangidas pela nova ETAR: “Vai ser tudo o que diz respeito à freguesia de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões, parte de Pinho, Bordonhos e provavelmente Serrazes, que também irá entrar nesse pacote.”. Em resposta ao presidente da Junta de Freguesia de Valadares, o Presidente da Câmara Municipal, sobre a sugestão deixada, esclareceu que: “mais importante do que dar equipamento às Juntas de Freguesia, é ser a própria Câmara Municipal a ter equipamentos em condições para poder acudir a todas as freguesias.”. Depois, informou que lidera o executivo municipal há dois anos e meio e desde então a Câmara Municipal já adquiriu uma camioneta grande que arrasta zorras, e que custou muitos milhares de euros; que mais recentemente comprou uma giratória; e que a compra de equipamentos para o pessoal de rua é uma constante, porque é preciso fazer a limpeza das ruas e as máquinas que havia estavam obsoletas. E acrescentou: “Posso dizer que eu, quando cheguei à Câmara Municipal, vindo de uma Junta de Freguesia, tinha mais equipamento na minha Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul do que tinha a própria Câmara Municipal.”. Continuou e aludiu à existência de bom equipamento em algumas Juntas de Freguesia, exemplificando com Sul: “[...] o meu amigo Serafim, antes de sair da Junta de Freguesia de Sul, deixou esta Junta de Freguesia com equipamentos novos, inclusive com um trator novo, trator esse melhor do que os da Câmara Municipal, porque no momento a Câmara Municipal só tem máquinas velhas.”. Referiu-se, em seguida, ao uso dado à cisterna da Câmara Municipal, que, desde Janeiro até agora, já tem cem requisições para ir desentupir as fossas, reivindicando mais capacidade por parte da Câmara Municipal para acudir a todas as solicitações. E terminou como começou: “Senhor presidente da Junta, mais do que estarmos a equipar as Juntas, nós temos é que nos equiparmos a nós próprios, de forma a podermos acudir mais rapidamente aos nossos munícipes.”. Em relação às equipas de sapadores florestais, o senhor presidente da Câmara Municipal considerou que: “[...] o senhor presidente da Junta, recentemente, quis ficar com uma equipa de sapadores florestais, numa altura em que toda a gente se queria desfazer deles, digo desfazer, no sentido em que começaram a aparecer problemas para a sua manutenção, o senhor presidente da Junta quis assumir esse risco e quis ficar com a equipa de sapadores florestais.”. Mais esclareceu que foi o anterior governo o criador dos problemas com as equipas de sapadores florestais, acrescentando



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a Câmara Municipal já tem recorrido à contratação dessas equipas, mas que apenas para serviços pontuais, exemplificando com os trabalhos realizados pela União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões, de modo que: “não é possível estarmos a criar protocolos com as Juntas que têm equipas de sapadores florestais, protocolos de um mês ou dois, porque é preciso dinheiro para os pagar e o dinheiro não chega para tudo.”. Em resposta ao deputado municipal Manuel Casais, sobre o talude que abateu na avenida da Liberdade, o presidente do executivo municipal informou que se tratou de uma falha no terreno, porque uma rocha de grandes dimensões caiu e a inclinação dos taludes depende da natureza dos terrenos. Lembrou, em seguida, que, na apelidada de “bela variante”, os taludes já abateram por mais do que uma vez e continuam a abater: “e não me lembro do senhor deputado estar preocupado com isso.”. Concluiu dizendo que os técnicos camarários estão a avaliar a situação e que ainda não sabem que tipo de intervenção se há-de lá fazer, não parecendo ser um erro do empreiteiro nem dos engenheiros civis da Câmara Municipal: “são aquelas coisas que acontecem: é uma ribanceira e houve uma rocha que abateu, o que realmente causou alguns transtornos, mas, mais importante do que estar já a reparar aquilo, é tentarmos encaminhar as águas para outro local, para que, no futuro não se repita o mesmo.”. Depois, sobre o acesso a Negrelos, o senhor presidente da Câmara Municipal esclareceu que se encontra em melhores condições do que estava, que se preocuparam com a melhoria do acesso a Negrelos e que o executaram, porque antes ninguém falava no acesso a Negrelos e ninguém se preocupava com isso, acrescentando e esclarecendo que ainda se encontra um engenheiro civil a trabalhar na questão da ponte: “ainda há pouco tempo ele mudou de opinião sobre a questão da estrutura da ponte e, enquanto a estrutura da ponte não estiver resolvida definitivamente, mas eu posso dizer que estão a trabalhar nisso, nós não podemos lançar o concurso dessa obra, sendo que é uma obra prevista no nosso plano de atividades. Espero que possamos cumprir tudo aquilo que está no nosso plano de atividades, mas, em virtude das barreiras e estradas que abateram, nós temos que entregar as obras a empreiteiros, porque os funcionários da Câmara Municipal não têm capacidade para executar todas as obras, e posso desde já dizer que a obra do Sobral vai custar muito dinheiro, assim é provável que existam obras que possam estar em causa e não sei se esta pode ser um caso desses ou não.”. Em resposta ao deputado municipal José Duque, sobre as obras de recuperação do balneário romano, o senhor presidente da Câmara Municipal considerou tratar-se de um assunto que preocupava a população sampedrense há décadas, porque, ao longo de muitos anos, sempre se falou nessa obra, acrescentando que, agora, em cerca de dois anos e meio de mandato, este executivo camarário empenhou-se e conseguiu um financiamento de 85% para a obra, mais 7,5% através de um acordo com o Estado, cabendo à Câmara Municipal os restantes 7,5% do total. Mais esclareceu: “Estamos a falar num investimento da Câmara Municipal na ordem dos 160 a 170 mil euros, sendo uma obra que se constituirá numa mais-valia para o município de S. Pedro do Sul e onde poderá vir a ser implantado o museu municipal, que infelizmente S. Pedro do Sul também não tem.”. Em resposta ao deputado municipal António Lopes Ribeiro, o presidente da edilidade camarária de S. Pedro do Sul, sobre a transferência de serviços das equipas de sapadores florestais, informou que se podiam transferir serviços para as equipas de sapadores florestais, mas somente se a situação financeira da Câmara Municipal fosse melhor: “não é e cada entidade vai ter que fazer aquilo que pode, porque os problemas foram criados pelo anterior governo no que diz respeito ao pagamento dos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sapadores florestais, mas estamos solidários com as Juntas de Freguesia que têm equipas de sapadores florestais e, inclusive, os senhores presidentes das Juntas sabem que eu já tive uma reunião com o senhor secretário de estado para tentar resolver a situação, só que comunicaram-nos que iam começar a resolver a situação apenas a partir de Janeiro deste ano com a entrada em vigor do novo orçamento geral do Estado, que só agora foi aprovado.”. Continuou e considerou existirem problemas para receber a comparticipação referente ao ano de 2015, mas manifestou esperança na chegada do dinheiro para este ano, mas voltou a reiterar que a responsabilidade é do governo anterior e não da Câmara Municipal. Em seguida, sobre a queixa apresentada aos serviços, o senhor presidente da Câmara Municipal retomou as palavras do senhor deputado municipal António Lopes Ribeiro na passada sessão da Assembleia Municipal: “Os serviços oficiais do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural de S. Pedro do Sul estariam encerrados também por culpa da autarquia.”. E continuou para falar da gravidade dessas palavras: “o senhor, enquanto funcionário do Estado e funcionário deste ministério, o senhor disse uma mentira nesta Assembleia; e eu apenas questionei o ministério, no sentido de saber se era verdade aquilo que o senhor tinha dito.”. E passou a dar conhecimento da resposta vinda do ministério: “O núcleo de S. Pedro do Sul, após alterações ao nível do atendimento devido à transferência da técnica responsável, mantém as portas abertas, no mesmo período de horário anteriormente praticado.”. Assim, esclareceu e concluiu: “A resposta que nos deram é que as portas estavam abertas como sempre estiveram, ao contrário daquilo que o senhor aqui disse nesta Assembleia: a responsabilidade é sua que prestou falsas declarações, ainda para mais porque é funcionário desse serviço.”. Em resposta ao presidente da União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões, sobre o problema levantado em torno das luminárias com lâmpadas de mercúrio e a EDP, o presidente da Câmara Municipal concordou com o exposto, acrescentando que no concelho de S. Pedro do Sul e em todo o distrito existem largas centenas ou milhares de lâmpadas apagadas, mas que não é por culpa da Câmara Municipal: “Nós estamos constantemente a insistir para que essas lâmpadas sejam acesas, inclusive posso dizer que nós pagamos a tempo e horas e nós gastamos muito dinheiro em eletrificação pública, logo, se pagamos a tempo e horas, é obrigação da EDP substituir tudo aquilo que está fundido e tudo aquilo que está estragado.”. E terminou: “Se a Câmara Municipal paga, as pessoas têm que ser servidas, e é para isso que, em reuniões futuras, temos que chamar a atenção dos senhores da EDP.”. Em resposta ao presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, sobre o problema da zona industrial, o senhor presidente do executivo municipal agradeceu a boa vontade do senhor presidente da Junta em mediar qualquer negociação, mas informou que o órgão a que preside tem muito boas relações com a empresa Sicornet: “eu e o Dr. Matos, inclusive, já estivemos com eles e já tentamos negociar, só que a situação, no momento, está no lado deles.”. E passou a explicar melhor: “O que aconteceu foi que a Câmara Municipal vendeu-lhes um lote com mais de 6 hectares; nós, inclusive, já tentamos dividir aquele lote em lotes mais pequenos através de uma proposta que lhes apresentamos e eles, em parte, ficaram entusiasmados com a ideia, mas até agora não nos deram resposta.”. Concluiu dizendo que as negociações prosseguem, mas que não é fácil, porque eles não dizem concretamente aquilo que pretendem. Concordou quando o senhor presidente de Junta falou que a venda dos lotes do Alto Barro foi mal gerida: “deveria ter sido criada uma condição para que, quem comprasse os lotes, fosse obrigado a construir no prazo de 3, 4, 5 anos, mas isso não foi feito e agora os lotes estão cheios de mato como o senhor



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse e bem.”. Acrescentou que todos os proprietários desses lotes foram notificados para providenciarem a limpeza dos mesmos, sendo que ainda se encontra em curso o prazo dado para essa limpeza. Sobre o mau estado em que se encontram os passeios, volta a dar razão à observação, mas frisa que: “honra seja feita, com este executivo, muitos desses passeios já foram arrançados, e o senhor sabe que é verdade.”. E informou que vão abrir avisos para a pré requalificação de parques industriais novos ou para a requalificação de outros já construídos, sendo que a Câmara Municipal se vai candidatar a essa iniciativa, inclusive que já possuem uma listagem de pessoas interessadas em construir no parque industrial do Alto Barro, mas muitos mais na futura zona industrial de Pindelo dos Milagres. Em resposta ao senhor presidente da União das Freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio, sobre a junta dos agricultores e os projetos de regadio, o senhor presidente da Câmara Municipal esclareceu que, ao contrário do que acontecia no passado, em que, quando o presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul queria falar com um secretário de estado ou com um ministro, muito raramente o conseguia, atualmente se encontra em posição de facilmente chegar à conversa com os secretários de estado ou com os ministros, acrescentando que, sobre este assunto, já falou com o senhor secretário de estado e que as coisas estão a correr muito bem: “os projetos de regadio são projetos que estão para avançar, mas tudo vai depender agora do financiamento, porque, segundo parece, haverá ainda projetos antigos que estão por pagar e parte dos dinheiros que existem são para pagar esses projetos antigos, sendo que, depois, com o restante, é que eles vão ver até onde é que conseguem chegar.”. No caso dos projetos de regadio de S. Martinho das Moitas confirma que foram aprovados com distinção. Em resposta ao presidente da Junta de Freguesia de Pinho, sobre os problemas no saneamento nas duas povoações, o senhor presidente da Câmara Municipal explicou que: “na povoação de Sobral existia uma fossa e essa fossa estava há muitos anos a deitar para fora e estava a poluir todos aqueles afluentes de águas que vão para o rio Vouga; em Mosteirinho a situação não era tão grave, mas ia no mesmo sentido: a fossa cheia, a transbordar e a seguir pelo rio.”. Por seu lado, confirmou que a povoação principal de Pinho fica enquadrada na construção da nova ETAR, reiterando que, todas as povoações, desde o campo de futebol de Pinho até S. Pedro do Sul, vão ficar enquadradas pela construção dessa nova ETAR. Em resposta ao deputado municipal André Matias, sobre as questões do saneamento básico, o senhor presidente do executivo municipal nada mais adiantou, mas, sobre a localização do parque industrial, concordou que é um facto ficar longe das grandes vias de comunicação e que a sua própria localização não foi a mais adequada, não facilitando a rápida chegada e saída dos produtos produzidos e comercializados. Abordando, em seguida, as questões levantadas com a recuperação das ruínas do balneário romano, o senhor presidente da Câmara Municipal aproveitou para também lamentar a ausência de certos autarcas municipais na assinatura pública do protocolo de financiamento das obras, quando muitos elementos da oposição também querem fazer sua esta obra. Terminado este período de respostas, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu o direito ao contraditório, no que se seguiram as seguintes intervenções: O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD), evocando a sua honra e a sua autoridade de deputado municipal, chamou à liça o assunto eleitoral, dizendo que já passou o tempo de campanha e que, agora, seria bom que se valorizasse o que foi feito no passado, considerando que, assim: “até dá a sensação que temos uma terra queimada, que nada se fez ao longo destes anos todos [...] e é bom que se valorize e que se dignifique esta terra.”. Dirige as suas palavras para o senhor



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deputado municipal José Duque: “Eu enalteço a sua dissertação de há pouco e também estou consigo relativamente à obra que foi e que é o balneário das Termas e que foi realizada agora, mas é bom que se diga que houve atrás todo um trabalho desenvolvido: quem mandou elaborar o projeto e quem fez o projeto.”. Insiste e louva quem deu continuidade à concretização do projeto, homenageando e felicitando o desenvolvimento local despoletado por essa obra de requalificação patrimonial. De seguida volta ao assunto anteriormente levantado e que se prende com uma queixa apresentada contra si, perguntando de novo: “Quem é que fez queixa de mim aos serviços do Ministério da Agricultura?”. E reafirma: “Eu, quando refiro os serviços técnicos do Ministério da Agricultura, em S. Pedro do Sul, continuo a dizer que às terças, quintas e sextas-feiras não existem serviços técnicos do Ministério da Agricultura a funcionar em S. Pedro do Sul. E eu continuo a dizer, enquanto deputado da Assembleia Municipal, como munícipe em S. Pedro do Sul, como técnico e como ser humano, continuo a dizer que quero em S. Pedro do Sul uns serviços técnicos do Ministério da Agricultura com a dignidade que assiste e a que os agricultores têm direito.”. E considerou ser de muito baixo nível quando, um deputado municipal, um munícipe ou um cidadão, não pode ter o direito de intervir e de se manifestar com opinião contrária aos seus serviços. Mais questionou: “senhor presidente da Câmara, acha digno mandar uma queixa através de um e-mail para os meus serviços oficiais, tendo em vista a elaboração de um processo disciplinar ao munícipe, ao deputado, ao cidadão deste concelho?”. Depois menciona que considera os elementos da Câmara Municipal pessoas democráticas e com dignidade, manifestando-se chocado com o acontecido. E deixa a derradeira pergunta: “Eu gostaria de saber se foi o senhor ou se foi uma senhora Anabela Machado Martins que enviou um e-mail aos meus serviços dizendo que eu, na última Assembleia Municipal, proferi injúrias contra os serviços do Ministério da Agricultura?”. Concretiza enfim a resposta: “É mentira, senhor presidente. Eu continuo a afirmar que os serviços técnicos do Ministério da Agricultura, às terças, quintas e sextas-feiras, não funcionam e, portanto, se não funcionam, também tem responsabilidade a autarquia, que pode fazer todos os possíveis para que eles funcionem em condições. [...] Portanto, ou foi a Câmara que o fez, e se foi esta senhora eu intentarei contra ela um processo crime por difamação, porque não concebo nem admito que isso aconteça em plena democracia e em pleno estado de direito, muito menos em S. Pedro do Sul”. O Deputado Municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) usou da palavra para se voltar a referir ao assunto das equipas de sapedores florestais, manifestando a dinâmica e a vontade de todos os elementos da freguesia para se conseguir manter mais cinco empregos na freguesia de Valadares, o que significa que são mais cinco famílias a viverem dentro das freguesias de Serrazes, S. Cristóvão de Lafões e Valadares. Voltou a evocar a muita dinâmica para reforçar que existem atualmente cerca de trinta empregos dentro da freguesia de Valadares, entre os empregos gerados por associações e coletividades. Finaliza com a proposta: “é simplesmente, em vez de haver uma ou duas equipas bem equipadas e bem formadas, haver não uma nem duas, mas haver mais catorze em todo o concelho de S. Pedro do Sul; e aí sim conseguimos responder a todas as eventualidades.”. Continua e diz que as respostas, atualmente, são ineficazes e acrescenta que: “em vez de termos duas equipas na Câmara, podíamos ter duas na Câmara e mais catorze, uma de cada freguesia, o que já dava dezasseis equipas de sapedores florestais.”. Considera que o investimento inicial seria grande, mas que os resultados iam aparecer, exemplificando com outros municípios: “parece que Viseu



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faz isso e outros municípios fazem isso; e quando falo com colegas autarcas dizem-me que as Câmaras deles estabelecem protocolos para limparem as estradas, responderem às intempéries e que ajudam os bombeiros.”.O Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao senhor deputado municipal António Lopes Ribeiro, referiu que nada mais tinha a acrescentar ao que já foi dito. Em resposta ao presidente da Junta de Freguesia de Valadares, evoca um provérbio: “sem ovos não se fazem omeletas.”. E, com o exemplo citado de Viseu, contrapôs com o mesmo concelho: “Viseu tem 30 ou 40 milhões a prazo, mas a Câmara Municipal que eu herdei tinha mais de 12 milhões de dívidas.”. Continua e refere que já conseguiu abater 43% a essa dívida: “a dívida da Câmara Municipal passou de cerca de 12 milhões para cerca de 7 milhões e tudo isto em dois anos e meio. Deixou a ideia de que existe muito para fazer em todo o concelho, manifestando a vontade de, em podendo, contratar mais pessoal para a Câmara Municipal, elucidando com o exemplo da necessidade de se criarem e manterem mais circuitos pedonais. Aplauda a iniciativa da Junta de Freguesia de Valadares em ter criado mais cinco postos de trabalho, mas considera: “agora não pode é querer que seja a Câmara Municipal a proceder ao pagamento desses sapadores florestais. [...] A Câmara Municipal já tem funcionários a mais, toda a gente sabe disso, nós não podemos assim financiar o pagamento de ainda mais gente.”. E prossegue: “Tomara eu que as pessoas todas pudessem ter emprego em S. Pedro do Sul e cá pudessem ficar todas, só que as condições não são propícias.”. Concluindo, menciona que, em termos de proteção civil, o concelho de S. Pedro do Sul está muito bem, porque nunca houve nenhuma situação em que, no caso de emergência, as pessoas deixassem de ser atendidas.”.

ORDEM DO DIA:

3.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A “ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”;

O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) em uso da palavra, informou tratar-se de uma explicação sobre a atividade municipal, deixando o seguinte comentário: “constou-me que se está a preparar a empreitada para aquela atividade que foi aprovada em sede de orçamento e das grandes opções do plano, que é o saneamento do Covelo e Carvalhais, sendo que eu queria saber o que está previsto, quais são os prazos, o que é que cabe a Carvalhais e, se não cabe nada a Carvalhais, o que é que Carvalhais lá está a fazer.”. Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal manifestou a sua concordância com o presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal e esclareceu: “Quando foi lançado no plano de atividades, entrou Covelo e Carvalhais em simultâneo, porque a ideia era fazer um pacote para que fosse a mesma empresa a ficar com as duas obras, acontecendo, porém, que o projeto do Covelo estava mais adiantado, porque são vários engenheiros que estão a fazer os diversos projetos e houve engenheiros que avançaram mais com determinados serviços enquanto outros atrasaram mais, de forma a não perdermos os fundos disponíveis no momento, decidimos avançar com a do Covelo primeiro porque estava tudo pronto, mas a de Carvalhais também é para se fazer.”. O Vereador Pedro Mouro, em relação à situação financeira, recordou que, em outubro de 2013, a dívida consolidada era de 26.2 milhões de euros, informando que neste momento: “só na Câmara Municipal reduzimos a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dívida na ordem dos 43%, mas no total, ou seja, juntando a dívida da Câmara Municipal com a da Termalstur, já reduzimos na ordem dos 27%, isto é, em dois anos e três meses já reduzimos a dívida total em cerca de 7 milhões de euros.”. Acrescentou que, tanto da parte do executivo camarário como da generalidade dos funcionários, tem prevalecido um espírito de muito trabalho e que, sobretudo, existe a consciência da necessidade da redução de custos, e que todos têm contribuído para esse desiderato. E reitera uma palavra de apreço para os funcionários e para o seu contributo: “é também com o trabalho deles que nós conseguimos chegar a esta redução de 7 milhões de euros, o que nos permite a capacidade financeira para, na abertura deste quadro comunitário de apoios, executarmos todas estas obras faladas aqui e outras mais. Estou em crer que a Câmara Municipal, entre este ano e o próximo, contando com os financiamentos já aprovados e outros que não-de vir, vamos lançar obras de mais de 8 milhões de euros.”. O Presidente da Assembleia Municipal sobre o assunto em discussão, aproveitou e perguntou: “qual é o prazo de pagamento neste momento aos fornecedores?”. Em resposta, o Vereador Pedro Mouro disse que chegaram a ter prazos médios de mais de 250 dias, mas que, neste momento, os prazos médios de pagamento aos fornecedores andam na ordem dos 70 dias: “posso dizer que no momento estamos a pagar aos fornecedores o mês de Outubro de 2015.”. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.2 – ANÁLISE DO “RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL RESPEITANTE AO 4.º TRIMESTRE DE 2015; -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.3 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO – ANO DE 2016; -----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria com um voto contra do Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

3.4 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA; -----

O Presidente da Assembleia Municipal lembrou que em sessão anterior foi nomeada pela Assembleia Municipal uma pequena comissão para elaborar uma alteração ao regulamento existente, composta pela deputada Mónica Almeida e pelo deputado Custódio Rocha, verificando-se agora as seguintes intervenções: o Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS) começou por contextualizar: “[...] na última sessão da Assembleia Municipal foi eleita uma comissão para introduzir alterações ao regulamento do Conselho Municipal de Segurança, que tinha sido aprovado pela Lei nº 33/98, de 18 de Julho, e que foi alterada pela Lei nº 106/2015, de 25 de Agosto.”. Assim, no meio de várias alterações levadas a efeito, o senhor deputado Custódio Rocha destacou: “o principal foi a introdução de dois dados: o crime relativamente à violência doméstica e a sinistralidade rodoviária.”. E detalhou: “Relativamente a estas duas alterações, fala-nos o artigo 2º do regulamento, alínea E e F. Na composição do artigo 4º houve algumas alterações e, sobre estas alterações, a comissão, através de e-mail e via telefone, pediu às Juntas de Freguesia e a outras entidades que se inteirassem da nova



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

designação CAD (Comportamentos Aditivos e Dependências). [...] Relativamente ao artigo 4º há alterações à alínea H, J e K. Há também, por força destas situações, alteração da convocação de reuniões, relativamente ao prazo, que fica com uma antecedência mínima de dez dias, consoante da respetiva convocatória o dia e a hora em que esta se realizará. Há igualmente alterações ao artigo 9º, que se refere à ordem do dia e em que, no nº 2, no nº 3 e no nº 4, houve alterações e essas cabem ao senhor presidente do Conselho, que é o senhor presidente da Câmara Municipal. Relativamente ao artigo 11º, houve alteração no uso da palavra de cada membro. E relativamente ao artigo 13º, há alteração ao nº 1.”. Informou ainda que, relativamente às associações ou IPSS do concelho, foi entendimento da comissão englobar todas aquelas que exerçam atividade relacionada com o assunto, assim como, sobre as Juntas de Freguesia, foi entendimento da comissão que todas tivessem assento no Conselho Municipal de Segurança. E concluiu dizendo que a comissão funcionou em pleno, que teve o apoio incondicional da jurista da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Dr.ª Ana Teresa de Matos, e da Dr.ª Cláudia Costa, igualmente funcionária da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul. A Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues, por indicação do presidente da mesa, e de um ponto de vista formal, passou a apresentar uma proposta de alterações ao regulamento do Conselho Municipal de Segurança: “Na alínea K do artigo 4º, onde diz Associação de Pais e Encarregados de Educação da EBI de Santa Cruz da Trapa, deve dizer-se Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa. Depois, relativamente a este ponto, eu queria tecer algumas pequenas considerações: a alínea J, do nº 1, do artigo 5º, da Lei 33/98, republicada em anexo à Lei nº 106/2015, refere que podem ser propostos um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade designados para a Assembleia Municipal, sendo que o anterior regulamento, com os acrescentos feitos por esta comissão, incluía, e muito bem, algumas entidades e são entidades que para mim faz todo o sentido estarem integradas neste Conselho Municipal de Segurança, logo pela Lei. Estou a falar em concreto dos diretores dos Agrupamentos de Escolas. Se nós pensarmos que, no concelho de S. Pedro do Sul, temos mais de 2000 alunos, alunos que estão, provavelmente, 12 horas por dia nas instituições escolares, onde os diretores dos Agrupamentos são os responsáveis, além da segurança desta população ao longo de todo esse tempo, também eles trazem das suas famílias, das suas casas e das suas aldeias muitos indicadores ao nível da segurança, portanto considero que são entidades que faz todo o sentido estarem representadas, exatamente pela abrangência do seu trabalho do dia-a-dia. E a mesma coisa relativamente à senhora delegada de saúde. E todos eles estão representados, apenas estou a reforçar. São entidades que nem devia ser a Assembleia Municipal a propor, mas sim estarem logo à partida previstas na Lei. Portanto eu só vim aqui reforçar esta participação. A mesma coisa com as associações de pais, que faz todo o sentido que cá estejam.”. E concluiu a sua intervenção com uma sugestão: “Embora a lei fale dos “seguintes cidadãos de reconhecida idoneidade”, eu sugeria que esta Assembleia propusesse como texto apenas “os seguintes representantes das entidades”, porque assim parece que estamos a propor cidadãos, quando estamos realmente a propor entidades.”.O Presidente da Assembleia Municipal felicitou todos pelo empenho e pela rapidez na resolução deste assunto. Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação, em minuta, do ponto 3.3 e 3.4 tendo os membros da Assembleia Municipal concordado, por unanimidade.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 13h00, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,